



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

PROGRAMA RENAESP
Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública:
Um estudo exploratório

DANÚBIA PEREIRA GONÇALVES MELÃO

Brasília
2009

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER**

DANÚBIA PEREIRA GONÇALVES MELÃO

**Programa RENAESP: Rede Nacional de Altos Estudos em
Segurança Pública: um estudo exploratório**

Monografia apresentada como requisito
para a conclusão do curso de Bacharel
em Serviço Social na Universidade de
Brasília – UnB, sob a orientação da
Prof.^a Mestre Camila Potyara Pereira.

Brasília – DF
2009

DANÚBIA PEREIRA GONÇALVES MELÃO

**Programa RENAESP: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança
Pública - um estudo exploratório**

Monografia apresentada como requisito
para a conclusão do curso de Bacharel
em Serviço Social da Universidade de
Brasília – UnB, sob a orientação da
Prof.^a Mestre Camila Potyara Pereira.

07 de julho 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Mestre Camila Potyara Pereira

Prof.^a Dr.^a Nair Heloisa Bicalho

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Política Social Joselito da Silva Pacheco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu Deus porque sem a sua ajuda certamente não teria chegado até aqui. A toda minha família, a minha mãe Alcina por ter permitido que eu viesse para Brasília em busca desse meu grande sonho. Ao meu pai, Davi por sempre ter me dado força nos momentos difíceis. A meus irmãos que tanto amo: Gesse, Valdeci, Donaldo, Rosana e Luciene pelo carinho e confiança. Aos meus sobrinhos João Pedro, Ana Luiza, Ludymilla e Heloisa por terem me proporcionado momentos de alegria e descontração.

Agradeço de forma especial, a meu amado irmão José, que embora não esteja mais em nosso meio, sempre torceu por mim e sonhou em me ver realizando este grande sonho.

A meu amado esposo Emerson Roberto que muito me ajudou em toda esta trajetória e por ter compartilhado a meu lado todos os momentos de dificuldades e alegrias no decorrer do curso com muito carinho e paciência.

As minhas amigas Vanessa, Claudia, Kelma e Natália pelo apoio e por terem, em vários momentos, substituído minha família aqui em Brasília.

A professora Camila Potyara por ter me acolhido e orientado com toda sua competência, paciência e dedicação. Certamente, tudo isso foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

A professora Ivone Freire Costa da Universidade Federal da Bahia – UFBA, que mesmo sem me conhecer enviou o seu livro e a Revista Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública como doação e contribuição para bibliografia utilizada no trabalho.

A todos os profissionais de segurança pública e ao coordenado do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB que concordaram em participar desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho realiza um estudo exploratório sobre a experiência do programa da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por meio do curso de especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB. Assim, buscou-se a compreensão dos impactos causados pelo programa aos profissionais de segurança pública que fizeram o curso, e, conseqüentemente, a população que busca seus serviços. O mundo atual apresenta diversas mudanças onde os conflitos referentes à questão de gênero, raça, orientação sexual e preconceitos étnicos estão extremamente presentes no cotidiano de trabalho dos profissionais de segurança. Portanto, é necessário que esses profissionais passem por uma capacitação que os tornem aptos a resolver essas questões sociais, sem que a utilização da violência, das armas letais e do abuso de poder sejam empregados como único instrumento de intervenção, e que se possam dar prioridade à educação e o respeito aos direitos humanos.

Palavras-Chaves: Programa RENAESP, Segurança Pública, Direitos Humanos, atuação policial.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	07
LISTA DE SIGLAS	08
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O EXERCÍCIO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO AMBITO POLICIAL	15
1.1. Ação policial na América Latina	15
1.2. Atuação policial no território brasileiro	18
1.3. A experiência internacional do policiamento comunitário	21
1.4. O policiamento comunitário brasileiro	24
1.5. Cidadania, Direito Humanos e ação policial	25
1.6. O conceito de Segurança Pública	28
1.7. As Políticas Públicas e a Segurança Pública no Brasil	30
CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA RENAESP: UNIVERSIDADES E SEGURANÇA PÚBLICA UNIDOS PARA PENSAR A VIOLÊNCIA	32
2.1. O processo de criação do programa RENAESP	33
2.2. A proposta de pensar medidas de promoção dos Direitos Humanos	36
2.3. A abrangência do programa nas unidades da federação	39
2.4. O programa RENAESP na Universidade de Brasília	46
CAPÍTULO 3 – RESULTADO DA PESQUISA	48
3.1. Profissionais que participaram do programa RENAESP por intermédio do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB.....	50
3.1.1 – Experiências vivenciadas em sala de aula	50
3.1.2 – Impacto do curso na vida profissional dos policiais e sua contribuição para maior aproximação entre polícia e sociedade local...	53
3.1.3 – Forma de conhecimento do programa pelos profissionais entrevistados	55

3.1.4 – Pontos positivos e negativos do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB e as sugestões para o seu aperfeiçoamento	56
3.2. Profissionais de Segurança Pública que não participaram do programa RENAESP	57
3.2.1 – Realidade profissional	57
3.2.2 – Cursos realizados	58
3.2.3 – Conhecimento sobre a existência do programa RENAESP	59
3.2.4 – Sugestões apontadas para melhorar o quadro de violência no DF	59
3.2.5 – Noção de Direitos humanos, cidadania e democracia	60
3.3. Comparação entre os dados obtidos: policiais que não participaram e policiais que participaram do programa RENAESP	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXOS	69
Anexo I – Entrevista com o Coordenador.....	69
Anexo II – Entrevista com policiais	70
Anexo III – Entrevista com policiais	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Região Centro Oeste: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008	40
Tabela 2 – Região Norte: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008	41
Tabela 3 – . Região Norte: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008	42
Tabela 4 – Região Sudeste: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008	43
Tabela 5 – Região Sul: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008	45

LISTA DE SIGLAS

CUVV: Centro Universitário de Vila Velha

DF: Distrito Federal

FACIPE: Faculdade Integrada de Pernambuco

FADISMA: Faculdade de Direito de Santa Maria

FAESA: Faculdade Espírito Santanense

FAGO: Faculdade de Goiás

FAL: Faculdade de Alagoas

FAMAP: Faculdade do Amapá

FAP: Faculdade do Pará

FASE: Faculdade de Sergipe

FCC: Faculdade Câmara Cascudo

FESPSP: Escola de Sociologia e Política de São Paulo

FIB: Faculdade Integrada da Bahia

FIC: Faculdade Integrada do Ceará

FIR: Faculdade Integrada do Recife

FLACSO: Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais

IES: Instituições de Ensino Superior

MEC: Ministério da Educação

MJ: Ministério da Justiça

NEVIS: Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança

PNEDH: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PRONASCI: Programa Nacional de Segurança com Cidadania

PUC/SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RENAESP: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

SEDH: Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública

SSP: Special Security Program (Programa Especial de Segurança)

SUSP: Sistema Único de Segurança Pública

UCAM: Universidade Candido Mendes

UERN: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UESC: Universidade Federal de Santa Cruz

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFC: Universidade Federal do Ceará

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA: Universidade Federal do Pará

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UFPI: Universidade Federal do Piauí

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRO: Universidade Federal de Rondônia

UFRR: Universidade Federal de Roraima

UFS: Universidade Federal de Sergipe

UFT: Universidade Federal do Tocantins

ULBRA: Universidade Luterana do Brasil

UnB: Universidade de Brasília

UNEURO: Universidade Euro Americana

UNIFOR: Universidade de Fortaleza

UNINILTONLINS: Centro Universitário Nilton Lins.

UNIOEST: Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

UNISO: Universidade de Sorocaba.

UNIVALI: Universidade do Vale do Itajaí.

INTRODUÇÃO

O interesse que tive pela temática da segurança pública se deu, inicialmente, por um motivo pessoal. Por ter um policial militar em minha família, me preocupei com sua atividade profissional, que no meu imaginário poderia ser afetada por violências, corrupções e abusos de poder por parte da corporação como um todo. Quando tive o primeiro contato com a disciplina Direitos Humanos e Cidadania conheci o programa da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) e observei nele uma esperança de transformação da atual cultura policial. Além de o programa ser uma iniciativa que tem como principal foco a educação e o respeito aos direitos humanos, ele também anseia uma maior aproximação entre polícia, universidade e comunidade. Assim foi possível distinguir neste programa uma forma de modificar os mecanismos utilizados pelos profissionais de segurança pública no combate à criminalidade. Deste modo, em detrimento à violência, utilizar-se-á por meio dele o respeito à dignidade da pessoa humana.

A pesquisa apresentada neste trabalho pretende compreender de que forma o programa da RENAESP pode ser um meio de modificação da atuação policial, que compromete a qualidade da segurança pública do país. Espera-se também, entender se o programa pode diminuir o quadro de violência, tanto dentro da instituição policial como entre os cidadãos comuns da sociedade.

A temática aqui apresentada foi desenvolvida nos capítulos 1 e 2 desta pesquisa. No capítulo 1 há uma discussão a respeito da atuação policial em alguns países da América Latina - incluindo o Brasil - onde foi possível ter acesso às diversas práticas de violência desempenhadas por profissionais de segurança. Além disso, serão apresentadas algumas políticas inovadoras na área de segurança pública, que desenvolvem propostas de uma quebra de paradigmas no que diz respeito aos instrumentos utilizados no combate à violência.

O capítulo 2 apresenta um estudo mais intenso do programa RENAESP, além de tecer algumas críticas no sentido de contribuir para o seu melhoramento e para sua continuidade em todo o Brasil.

O último capítulo relata a análise dos dados coletados na pesquisa de campo e apresenta os resultados obtidos.

O objetivo geral desta pesquisa buscou investigar, por meio do estudo exploratório, a trajetória do RENAESP, dando ênfase para o Distrito Federal por meio do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB). Os objetivos específicos visam: a) Compreender em que medida o Programa RENAESP, por meio do curso de especialização da UnB, tem contribuído para a modificação da atuação dos profissionais de segurança pública do Distrito Federal (DF); b) identificar qual a diferença entre a concepção destes profissionais - profissionais de segurança que participaram do curso de especialização do programa e dos que não participaram - em relação ao conceito de cidadania, democracia e direitos humanos; c) identificar o que mudou na atuação dos profissionais que participaram do programa em relação à comunidade que busca os seus serviços.

A hipótese apresentada é que, o programa RENAESP contribui, por meio dos cursos de especialização ministrados, para a modificação da atuação dos profissionais de segurança pública, tornando estes mais comprometidos com a segurança pública cidadã, democrática e respeitadora dos direitos humanos.

Para a realização do presente trabalho será utilizado como base metodológica o estudo exploratório, pois o mesmo, não se limita apenas ao levantamento de determinadas questões ou situações, mas está ligado também ao caráter da observação. O referido estudo se preocupa ainda com o processo de descobertas que inclui o exame, a análise, o estudo e a avaliação que conduz a conclusão que permeia o objeto observado.

Diante do exposto, pode-se dizer que o estudo exploratório é um elemento que faz parte da pesquisa qualitativa, a qual foi utilizada neste trabalho para compreender a análise dos dados colhidos na pesquisa de campo.

Segundo Demo (2000), para obter uma avaliação qualitativa é necessário que se esteja presente e participe em todo processo de análise. Na realização deste estudo, a participação se deu por meio da experiência de campo e da aplicação de entrevistas, que o autor considera como formas de participação. Segundo esse autor, é característica da pesquisa qualitativa a elaboração de perguntas abertas, pois assim o entrevistado fica livre para responder espontaneamente as questões propostas e outras que possivelmente venham a surgir no decorrer da entrevista.

Desse modo, a pesquisa qualitativa é avaliada por Demo (2000) como um método que busca a compreensão da realidade pesquisada, porém, não há neste tipo de pesquisa a tentativa de se chegar a uma “verdade” do fenômeno, o autor aponta que no campo da ciência esta tentativa pode ser considerada como uma utopia.

Diante de tais aspectos, pode-se dizer que a metodologia escolhida, a pesquisa qualitativa, é apropriada para o recolhimento dos dados que se deseja obter. Busca-se no presente estudo, entender se a educação em direitos humanos, por intermédio do programa RENAESP, tem modificado a atuação dos profissionais de segurança que participam do curso. Visa também, entender a diferença existente na concepção dos profissionais que têm esta formação e dos que não têm, no que se referem aos direitos humanos, democracia e cidadania. Dessa forma, a melhor maneira de obter as informações, foi por intermédio da utilização de uma pesquisa de dimensões qualitativas.

No que se refere às fontes, foram utilizadas tanto as primárias quanto as secundárias. Nas fontes primárias estão presentes as entrevistas semi-estruturadas, que foram direcionadas aos profissionais de segurança pública, que fizeram o curso de especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB; aos policiais que atuam nos postos de polícia comunitária que não participaram do referido curso, bem como ao coordenador do programa.

As fontes secundárias abrangem a leitura de livros, artigos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, assim como outros estudos acadêmicos sobre o tema abordado, que está relacionado à atuação dos profissionais de segurança pública, as políticas públicas e aos programas criados na tentativa de melhorar o quadro de violência tanto em países da América Latina como no Japão e Singapura entre outros.

Para coleta de dados, foi utilizado o método da entrevista semi-estruturada, com uma amostragem de sete entrevistas. As questões das entrevistas estão relacionadas com o programa RENAESP, assim como outras que foram formuladas para profissionais que não conheciam o referido programa. Os entrevistados são: três policiais que realizaram o curso de especialização na UnB, sendo um agente de polícia civil e os outros dois tenentes de polícia militar; um o coordenador do curso de especialização da UnB; três policiais que não participaram do referido curso, sendo dois sargentos e um soldado de polícia militar. As entrevistas foram realizadas nas cidades de Santa Maria, Samambaia, Riacho Fundo II, Gama e Asa sul. O critério de escolha dos entrevistados se deu pela disponibilidade dos mesmos de participarem da entrevista, pois todas foram realizadas em seus respectivos locais de trabalho. No que diz respeito às cidades satélites, a escolha se deu pelo fato dessas cidades serem apontadas como algumas das quais ocorrem o maior índice de violência no DF.

Os roteiros de entrevistas foram estruturados para três categorias profissionais, sendo um para o coordenador do curso, um para os profissionais que fizeram o curso de especialização da UnB e outro para policiais que não passaram pelo curso. Assim, os roteiros permitiram aos entrevistados, desenvolverem os seguintes assuntos: atuação policial, medidas

de combate à violência, resultado do programa, mudanças ocasionadas pelo programa, concepções de direitos humanos, democracia e cidadania. Após ter realizado as entrevistas, estas foram transcritas e analisadas de acordo com o significado direcionado a cada pergunta.

CAPÍTULO 1

O EXERCÍCIO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO AMBITO POLICIAL

1.1. A Ação policial na América Latina.

A ação policial, as crescentes práticas de violência e a insegurança são fatores que, atualmente, têm chamado muita atenção. O que acontece, não somente pelas práticas de violência dentro da própria instituição, mas também pelas conseqüências refletidas por estas ações na sociedade como um todo. Para entender melhor estes fenômenos de violência policial, que conseqüentemente gera uma desestrutura em todo o sistema de segurança pública, será feita neste tópico uma breve abordagem da atuação policial na América Latina, para então descrever com mais propriedade sua ação no território Brasileiro.

Na América Latina, embora se tenha ocorrido um processo de transição de ações ditatoriais para ações democráticas, atualmente, é possível dizer que a violência policial ainda se faz muito presente na atividade cotidiana dos agentes, praças, oficiais e até mesmo delegados que atuam na área de segurança pública. As atitudes agressivas praticadas por esses representantes de segurança alcançam principalmente: pobres, jovens em situação de risco, presidiários e trabalhadores rurais, ou seja, os segmentos excluídos da sociedade e que são os principais alvos dessa violência.

Para explicar essa situação, Costa Ivo (2005, p. 89) diz que a violência na maioria das vezes leva à prática do homicídio, não constitui direta e necessariamente uma conseqüência da pobreza, não é tampouco uma reação natural de pessoas originalmente pobres. A violência pode sim, ser entendida como o resultado de uma política econômica com ausência de compromisso ético “em que a elite e o Estado se furtam a resolver o problema da distribuição de renda e da prestação de serviços fundamentais para a vida humana”. Infelizmente, essa idéia não está presente na cultura policial, pois os mesmos responsabilizam apenas o infrator pelos crimes praticados, mesmo sem saber o que o levou a praticá-lo.

Outra atitude muito comum utilizada pelas forças policiais é a tortura. A prática de, aproveitar o poder de polícia para conseguir informações por meio da tortura, é muito utilizada nos países latino-americanos. No Brasil, por exemplo, esta ação pode ser observada

em algumas cenas do filme *Tropa de Elite*, cujo autor era um ex-capitão da polícia militar e vivenciava tudo que foi exposto no filme. De tal modo, foi possível identificar que os policiais utilizam práticas de tortura pesadas para conseguirem informações pertinentes ao tráfico de drogas e outros crimes praticados por jovens moradores de algumas favelas do Rio de Janeiro.

Segundo Costa Ivo (2005) o poder não pode ser tomado como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo, isto é, a dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros ou de uma classe sobre as outras. Assim, Foucault (1986) expõe que a missão da polícia seria promover a paz do Estado, supondo que um governante, além de um vigilante, soubesse reconhecer as fronteiras do possível e fazer dele os limites do seu desejável.

Muitas destas ações desenvolvidas por policiais são resquícios da ditadura militar. De acordo com Costa Art (2003), nos regimes ditatoriais, a tortura era empregada contra os inimigos políticos do regime, atualmente esta prática é cometida contra pessoas consideradas criminosas e na maioria das vezes pertencentes às classes mais pobres da sociedade. Além disso, segundo o referido autor, são comuns as alegações de torturas na Argentina, Brasil, Chile, El Salvador, Equador e Guatemala.

Dentre as formas de violência praticadas por policiais na América Latina, as mais comuns são as direcionadas a presos e detidos. Segundo Costa Art (2003), embora a Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos tenham tornado claro e estabelecido a separação dos detentos acusados e dos já sentenciados, jovens, adultos, homens e mulheres, estes critérios ainda não são respeitados devidamente.

Costa Art (2003) relata que, no México em 1992 70% da população carcerária estadual e 49% dos presos em penitenciárias federais não haviam sido sentenciados. A mesma situação também ocorre no Peru, onde esse número chega a 77% dos presos. Além de tudo que foi exposto, ainda é possível encontrar jovens e adultos ocupando as mesmas instalações prisionais, como ocorre no Chile, Peru e Venezuela.

No cenário acima apresentado, os maus tratos dos prisioneiros por parte dos policiais são práticas muito comuns:

Não raro prisioneiros são espancados, torturados e até mesmo assassinados por policiais. Também são comuns as rebeliões em presídios, frequentemente controladas por violência. Foi o que aconteceu na penitenciária do Carandiru, em São Paulo, onde a polícia matou 111 prisioneiros para controlar uma rebelião em

1992. Deste total, 84 ainda não havia sido sentenciados. O restante cumpria pena que variava de 2 a 5 anos de prisão. (COSTA ART, 2003, p. 22).

Com o aumento do consumo de drogas, e conseqüentemente das infrações causadas por jovens para conseguirem estas substancias, houve também o aumento da violência policial contra jovens e adolescentes. Vários autores observam que esta violência, está ligada principalmente àqueles que pertencem às classes economicamente excluídas da sociedade.

Neste sentido Costa Ivo (2005, p. 148) aponta que:

Nos grandes centros urbanos do Brasil, os extratos menos favorecidos economicamente guardam um forte sentimento, além de um desejo, de que a segurança pública exercida pela polícia seja feita de forma digna e respeitosa.

É comum, encontrar na fala dos policiais, discursos que caracterizam os jovens de classes menos falecidas ou residentes de favelas como sendo os marginais que mais praticam crimes dentro da sociedade. Não é possível, no entanto, perceber por parte desses profissionais a idéia de que os cidadãos marginalizados que se encontram em situação de pobreza são homens e mulheres em caráter de risco. Não há uma sensibilidade desses servidores da segurança no se refere às situações extremas de exclusão social e de falta de reconhecimento de direitos sociais, pelos quais estas pessoas estão submetidas. Por meio desta reflexão, confirma-se o fato que a polícia é legitimada pelo Estado para a manutenção das classes, isto é, para manter o controle social, onde os ricos são vistos como pessoas íntegras e corretas e os pobres como bandidos.

Cabe também ressaltar, de acordo com Costa Art (2003), que há uma preferência por parte dos meios de comunicação em expor casos de violência urbana, quando são nas regiões rurais que estes abusos ocorrem de modo mais dramático. As brutalidades e os massacres policiais, segundo o autor, são frequentes nas áreas rurais, principalmente em questões que envolvem conflitos de terras, comunidades indígenas e os direitos dos camponeses. Os casos de violência que envolvem este tipo de situação, podem ser freqüentemente observados no Brasil. O autor sugere como exemplo do massacre dos Sem Terra (MST), ocorrido em abril de 1996 e praticado por policiais. Segundo ele, neste cenário, 19 trabalhadores rurais foram mortos de forma altamente violenta por policiais militares.

Em consequência dos excessos das ações praticadas por policiais, Instituições Políticas, Organizações Não Governamentais, Igreja Católica e algumas outras organizações passaram a cobrar uma revisão das atitudes praticadas por policiais. Houve por parte dos governantes e das instituições policiais uma tentativa de mudança nos atos praticados ao lidar

com a população, mas de acordo com Costa Art (2003), não se pode dizer que obtiveram êxito na tentativa. Um dos motivos de seu fracasso foi o fato de que as tentativas de reforma enfatizavam a idéia de desmilitarização da polícia. Segundo o referido autor, houve uma tentativa de desvincular a polícia das Forças Armadas em função das tristes lembranças do regime autoritário, o autor ressalta que tais medidas, embora importantes, não se mostraram suficientes para conter a violência policial.

Costa Art (2003) chama a atenção para várias outras reformas que foram programadas no Brasil, Argentina, El Salvador, Guatemala e México com o objetivo de resgatar nos policiais o respeito aos direitos humanos. Houve algumas mudanças no código penal argentino no governo Alfonsín com a tentativa de conter a violência policial, contudo a prática de tortura permaneceu nas ações policiais argentinas.

O ano de 1997 marcou uma nova tentativa de reforma na polícia da província de Buenos Aires. Esta mudança se deu, com as transformações na estrutura política de controle da polícia e na separação do policiamento ostensivo das funções de polícia investigativa. Não obstante, juntamente com as mudanças anteriores veio também à preocupação de se criar um tribunal de ética e de se promover mudanças nos estatutos policiais. Mesmo com toda esta preocupação em causar mudanças no paradigma, até então, vigente na segurança pública oferecida por meio dos policiais, em 1999 boa parte das reformas estabelecidas já estavam em desuso e prevalecia o modelo anterior.

Nesse tópico foi desenvolvido um breve esclarecimento da forma como se dão as práticas de policiamento, tendo como referência alguns países da América Latina. O próximo ponto a ser abordado se trata do estudo da atuação policial no território brasileiro desde seu surgimento até os dias atuais.

1.2. Atuação policial no território brasileiro

Antes mesmo de se dar início ao assunto, que diz respeito à atuação policial no território brasileiro, é importante fazer um apanhado histórico do surgimento da polícia nesse país, para assim, melhor entender as origens das atitudes desenvolvidas por ela nos dias atuais.

Dessa forma, Holloway (1997, P. 44) aponta que o modelo de instituição policial brasileiro teve início antes mesmo da independência formal do país. Assim, este período consiste no momento da transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil, o que levou a

criação da “Intendência geral da polícia da corte e do Estado do Brasil, em 10 de maio de 1808”.

Para Costa Ivo (2005, p. 98), este modelo original de polícia se baseou no Frances e teve início em Portugal em 1760. A polícia tinha como responsabilidade cuidar das obras públicas e garantir o abastecimento da cidade, cuidava ainda, “da segurança pessoal e coletiva”, o que incluía a ordem pública, a vigilância da população, a investigação dos crimes e a captura dos criminosos.

O comportamento das instituições policiais brasileira do tipo moderno teve início na Europa ocidental em meados do século XVIII para o século XIX, assim, Costa Ivo (2005, p. 98) ressalta que:

A criação de instituições burocráticas, como a polícia, para preencher o espaço público, associadas a novos procedimentos judiciais, como a tortura pública, para o encarceramento disciplinar e como meio de punição já foi muito bem analisado por Foucault, que vê todos esses mecanismos como resultado de uma atividade carcerária ou disciplinada, onde se torna metáfora da condição do homem moderno.

Costa Ivo (2005, p. 95) afirma ainda que, tanto nos dias atuais como em tempos passados, o contexto da estrutura das instituições policiais no Brasil reflete a estrutura de como são dadas as relações de poder na sociedade brasileira. Sendo assim, foi dada a essas instituições uma parcela de poder que a tornava diferente do resto da sociedade, causando assim certa instabilidade na conjuntura política da polícia brasileira. Nesse contexto, tornou-se muito difícil promover mudança no aparato institucional da polícia, uma vez que a instituição se mostrava muito dura diante das reformas democráticas, pois temiam a diluição do arbítrio das ações que podiam ser praticadas pela polícia. Em decorrência disso, “acabou por consolidar as práticas repressivas da polícia no Brasil. Essa continuidade deveu-se ao caráter próprio de suas funções de controle da ordem, contraditório em si com a paz e a tranquilidade social.”.

Conforme Pinheiro (1998), de modo geral, as instituições policiais foram criadas inicialmente para confrontar as classes perigosas da sociedade, além de controlar protestos das classes populares e preservar a estrutura social, deste modo, o policial não foi criado apenas para combater o crime e promover as guerras contemporâneas contra delitos. Costa Ivo (2005) afirma ainda que, em sua evolução histórica, a polícia já como aparelho do Estado Nacional, assumiu a responsabilidade de proteger a propriedade e resguardar o controle sobre o comportamento público. Dessa forma, começou a função que será observada em toda a história da polícia.

Costa Ivo (2005, p.103) ressalta que a atuação da polícia no Brasil desde o século XIX pode ser descrita como uma:

Demarcação de fronteiras entre escravos e homens livres, cidadãos trabalhadores e grevistas, cidadãos honestos e criminosos, homens de bem e vadios. Essa demarcação é freqüentemente no Brasil contemporâneo produtores rurais e sem terra; moradores sem teto, brancos e negros; meninos e meninas de rua; e menores criminalizados.

Pinheiro (1998) apresenta severas críticas à forma como é dada a atuação policial no território brasileiro. Segundo ele, existe atualmente no Brasil um grande descompasso entre o texto constitucional, os princípios das convenções internacionais ratificadas pelo Brasil e o funcionamento efetivo da polícia. Esse descompasso pode ser visto através de práticas regulares em todo o país, tais como: prisões arbitrárias, torturas e execuções sumárias. O referido autor ressalta ainda que, a polícia tem se pautado pela ineficiência, pelo arbítrio e pela má qualidade dos serviços oferecidos a população; não há controle de desempenho nem de produtividade e as promoções nas carreiras são dadas sem nenhuma relação com os serviços efetivamente prestados.

De acordo com os relatos de Costa Ivo (2005), freqüentemente, policiais exercem funções fora de seus papéis legais, como segurança em casas comerciais entre outros, e não raro, são envolvidos ou se envolvem em transgressões com o crime organizado. Estas atitudes, as quais os policiais se prestam, na maioria das vezes é em decorrência dos baixos salários que lhes são pagos pelo serviço que deveria ser prestado de forma eficiente para a sociedade.

Diante do exposto, Costa Ivo (2005, p. 88), deixa claro que:

Dessas vinculações resultam os grupos de extermínio, as quais elevam substancialmente as estatísticas de assassinatos, de desaparecimento de pessoas, sobretudo de adolescentes, nos bairros em que a precariedade social constitui a característica preponderante.

Perante esses aspectos, Pinheiro (1998) chama atenção para a urgência de repensar a Constituição de 1988 no que tange a militarização. Segundo o referido autor, a Constituição manteve intocada a organização policial, além de se encontrar indiferente com a necessidade de desmilitarizar o aparelho de Estado depois da ditadura.

Diante do exposto, Costa Ivo (2008) diz, que as forças estaduais armadas foram produto de equívoco gerado pela necessidade dos novos governos estaduais, que se armaram para enfrentar o bando das oligarquias locais, atualmente, essas forças armadas estaduais na

sua atual estruturação são anacrônicas. Nenhum regime democrático nem mesmo Estados Federados como Alemanha ou o Canadá mantêm exércitos a disposição das unidades federadas como no Brasil.

Após ter exposto alguns aspectos importantes a respeito da atuação policial no território brasileiro, o próximo tópico tratará da experiência internacional do policiamento comunitário, tentar-se-á fazer uma abordagem desse policiamento nos países da Austrália, Noruega, Dinamarca, Japão e Cingapura. A abordagem desse assunto é importante pelo fato dele ser um modelo, que visa aproximar a polícia da comunidade para trabalharem juntos a questão da violência. Os locais citados são modelos de países que desenvolvem este tipo de policiamento. De tal modo, este desenvolvimento de polícia comunitária, caracteriza uma forma de trabalho que visa uma segurança pública mais humanizada que reconheça as necessidades locais de cada comunidade de forma específica.

1.3. A experiência internacional do policiamento comunitário

O policiamento comunitário é atualmente uma das políticas mais eficientes de promoção de segurança pública e visa à prevenção da violência. Ademais, é uma experiência vivenciada em quase todo o mundo. Neste sentido, considera-se importante conhecer alguns aspectos desta forma de praticar a segurança por meio deste modelo de policiamento.

Os autores que se dedicam ao estudo do policiamento comunitário costumam dizer que não é fácil conceituá-lo. Esta dificuldade se da por temerem gerar um conceito que possa transmitir uma imagem de mais uma política que vá apenas rotular programas tradicionais ou como sugerem Skolnick e Bayley (2002, P.16) “um clássico de colocar vinho velho em garrafas novas”.

Todavia é importante trazer ao menos um conceito para que se possa melhor entender o alcance desta política. Para tanto, será apresentado o conceito formulado por Trajanowicz e Buqueroux (1999, p. 25) que o define como:

Uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área.

Com o conceito citado acima, será possível ponderar com mais clareza sobre o alcance do policiamento em alguns países que foram alvo de estudo dos autores Skolnick & Bayley no livro “O Policiamento Comunitário”. Assim, nos parágrafos seguintes será abordado o impacto desta política pública nos países da Austrália, Noruega, Dinamarca, Japão e Cingapura.

De acordo Skolnick e Bayley (2002), o policiamento comunitário australiano se pauta por uma forte ligação entre diversos policiais e os comitês associados a grupos cujas relações com a polícia tendem a ser mais tensas como os aborígenes, os homossexuais e os imigrantes. Ainda de acordo com os referidos autores, existem atualmente certa fertilidade e criatividade no policiamento australiano. Essas mudanças se caracterizam no desejo de pensar de forma mais cuidadosa em novos programas e questionar as práticas antigas.

Há indícios de que mudanças estão se propagando na forma de pensar o policiamento, e que as forças policiais australianas estão mais suscetíveis a retórica do policiamento comunitário, assim é possível notar uma maior exploração das implicações deste programa por parte dos policiais. Skolnick e Bayley (2002, P. 42) apontam ainda que “dentro da polícia, entretanto, há muita resistência, e o policiamento comunitário vem tentando tornar-se aceitável concentrando na mobilização do público para apoiar a polícia”.

No que tange ao policiamento comunitário da Noruega Skolnick e Bayley (2002) apresentaram um relatório desenvolvido pelo país, que causou a maior influência, atualmente, no policiamento escandinavo. Esta teoria está baseada em 10 princípios que foram apresentadas pelos referidos autores:

- A polícia deve refletir os ideais da sociedade;
- A polícia deve ter um perfil civil;
- As forças policiais devem ser integradas;
- A polícia deve ser descentralizada;
- O policial deveria ser um “profissional com aptidões gerais”, uma pessoa competente em várias atividades diferentes;
- A polícia deve funcionar inter-relacionada com o público;
- A polícia deve ser uma parte integrante da comunidade local;
- Deve haver um recrutamento amplo para a polícia;
- A polícia deve definir a prioridade para suas tarefas e dar ênfase a atividade preventiva;
- A polícia deve ser submetida a um controle eficiente exercido pela sociedade.

Apesar da implementação desses princípios, sérios problemas foram observados, principalmente no que tange à atitude e a cultura profissional da polícia. Além do mais, o modelo foi considerado, alguns anos depois, como um simples experimento, ou seja, não foi colocado em prática de forma efetiva.

Em relação ao policiamento comunitário da Dinamarca, mais especificamente em Copenhague, há um programa desenvolvido pelo SSP (Special Security Program – Programa Especial de Segurança) que contém unidades coordenadas dentro das delegacias de polícia, para fazer uma articulação entre as escolas, o Serviço Social e a polícia.

De acordo com Skolnick e Bayley (2002) cada unidade possui de seis a oito membros. A idéia do programa, apesar de já funcionar de fato há quase uma década, iniciou em 1982 com o objetivo de promover a recuperação dos jovens que já tiveram algum conflito com a lei. Os professores, assistentes sociais e policiais sabiam da necessidade de haver certa harmonia entre os profissionais, mas de acordo com os referidos autores, certa desconfiança, principalmente, por parte dos que praticavam o Serviço Social em função de sua tendência política esquerda e socialista.

O trabalho desenvolvido neste país com os adolescentes que cometem pequenos delitos é uma forma relevante de policiamento, pois estes adolescentes na maioria das vezes não possuem nem mesmo um lar. Sendo assim, os jovens encontram nos policiais, segundo Skolnick e Bayley (2002, p.47) uma forma de “irmão mais velho” tanto por parte dos policiais designados para o SSP como de outros policiais que envolvem os jovens em várias atividades recreativas como natação, ginástica, pesca e outros esportes.

No que diz respeito ao policiamento comunitário Japonês, existem neste país todos os requisitos necessários para a existência de um bom policiamento comunitário, apresentados no trabalho de Skolnick e Bayley (2002, p. 52), os autores afirmam que “no mundo, o sistema de policiamento comunitário mais antigo e estabelecido de melhor forma é o japonês”.

Já em Cingapura pode ser visto como um exemplo de quebra de paradigmas em relação às práticas tradicionais e também nas transformações geradas no âmbito da Segurança Pública. Houve um relevante estudo a partir do ano de 1982, por parte de Cingapura, em relação ao modelo de policiamento desenvolvido no Japão e denominado Koban. Neste estudo, os policiais de Cingapura ficaram impressionados com a eficácia que o modelo de policiamento japonês proporcionava a população. A partir deste contexto, os policiais de Cingapura decidiram mudar a forma de policiamento herdado pela Grã-Bretanha e que até então estava sendo desenvolvido e passaram a desempenhar o policiamento comunitário, desenvolvido pelos postos de polícia em bairros. De acordo com Skolnick e Bayley (2002, p.

52), “hoje, Cingapura representa o programa mais ambicioso e cuidadosamente implementado existente no mundo, de mudança planejada a um policiamento comunitário”.

Após o desenvolvimento do policiamento comunitário nos países que o adotaram de forma mais abrangente, no tópico seguinte será tratado o policiamento comunitário brasileiro no qual será feita também uma breve abordagem desse modelo desenvolvido pela segurança pública do Brasil. Dessa forma, para melhor entender como se dá o respectivo modelo e o seu processo de criação até os dias atuais, se faz necessário expor alguns pontos considerados relevantes em seu desenvolvimento.

1.4. O policiamento comunitário brasileiro

A abordagem dos tópicos que explicam o policiamento comunitário, tanto nos países pioneiros que adotam esta prática de promoção da segurança como também no Brasil, estão sendo descritas neste trabalho com o objetivo de mostrar as Políticas Públicas de Segurança. Políticas estas que objetivam uma forma de atuação policial mais humanizada e mais próxima da comunidade, assim como outros princípios que perpassam a educação em direitos humanos.

O modelo de policiamento comunitário brasileiro teve início em 1980. O intuito de se criar este tipo de policiamento partiu da Polícia Militar, que buscava um meio de reestruturar as práticas que até então prevaleciam no Brasil.

Neto (2004) aponta que houve uma tentativa de melhorar a relação entre polícia e sociedade no período de transição para a democracia. De acordo com o referido autor, em 1985 no governo de Franco Montoro, o governo do Estado de São Paulo começou a criar conselhos comunitários de segurança, estes conselhos existentes até os dias atuais se reúnem regularmente. Os responsáveis pelo comando, tanto da polícia militar quanto da polícia civil e da sociedade, são peças fundamentais para que as estas atividades possam prosseguir sem perder sua eficácia e efetividade.

O referido autor faz ainda um apanhado histórico do policiamento comunitário em algumas regiões do País. Neto (2004) relata que, o mês de setembro de 1997 marcou a sequência de um escândalo que se desencadeou por meio de um caso de corrupção e violência policial na Favela Naval em Diadema, que fica na região metropolitana de São Paulo. Este escândalo se deu em meio à eclosão de greves de policiais civis e militares em diversos Estados do Brasil.

Neste contexto, surgiu então a urgência de se adotar o policiamento comunitário. De acordo com Neto (2004), neste período, a Polícia Militar adotou esta prática como filosofia e estratégia organizacional. Uma comissão de assessoramento foi criada para que se houvesse uma programação do policiamento. Esta comissão era dirigida por coronéis da Polícia Militar e integrada por representantes das unidades de polícia e representantes das entidades da sociedade civil.

O ano de 2000 foi marcado pela reestruturação da comissão de assessoramento pela polícia militar. Assim, esta comissão passou a ser chamada de Comissão Estadual de Polícia Comunitária. Neste mesmo período foi criado o Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, que teve como objetivo aperfeiçoar e intensificar o processo de implementação no Estado de São Paulo.

Em Brasília, no ano de 2008, o governador Arruda deu início ao investimento na criação de postos de polícia comunitária. Em cada cidade satélite e também no Plano Piloto foram e ainda estão sendo criados postos de polícia que são instalados nos bairros das respectivas cidades. De acordo com o relato da comunidade local e dos próprios policiais, a criminalidade já diminuiu nos bairros em que os postos foram colocados. No entanto, são poucos os profissionais das áreas que receberam o curso de policiamento comunitário, fato este, que contribui para a reprodução da cultura policial anteriormente existente, pois não há uma educação para mudar esta percepção.

No próximo tópico serão explicados de forma mais detalhada a cidadania e os direitos humanos. Ademais, a atuação do policial será relacionada com os princípios inerentes a essas questões, para que assim se possa entender de que forma isso pode vir a influenciar nos seus locais de trabalho e conseqüentemente na comunidade que demanda os seus serviços.

1.5. Cidadania, Direitos Humanos e ação policial

Costa Art (2003), chama a atenção para se refletir sobre a forma como se dá a atuação policial nos países da América Latina. Segundo ele, a violência e o abuso de autoridade dispensado por policiais contra cidadãos comuns tem se tornado motivo de muita preocupação. Tais atitudes refletem certa deficiência dos regimes políticos atualmente vigentes neste continente. O referido autor aponta ainda que, essas práticas de violência traduzem o desrespeito por parte do Estado em relação a alguns dos direitos mais elementares presentes na idéia de cidadania.

Chauí (1999) parte do pressuposto de que o cidadão desenvolve um ponto de vista político, além do mais trata o indivíduo em dois contextos sendo um destes na esfera pública do poder das leis e o outro como membro de uma classe social. A autora ainda discorre sobre dois tipos de consciência: de um lado aponta à consciência a moral, sendo esta da pessoa e por outro lado aponta a consciência política do cidadão.

Conseqüentemente, a autora apresenta ainda duas visões de cidadania: a cidadania ativa e a cidadania passiva. A cidadania ativa seria:

Aquela que é capaz, portanto, de colocar no social a existência de um sujeito novo, de um sujeito que se caracteriza pela sua autopoisição como sujeito de direitos, que cria esses direitos e no movimento da criação desses direitos exige que eles sejam declarados, cuja declaração abra o reconhecimento recíproco. O espaço da cidadania ativa, portanto, é o da criação de direitos, da garantia desses direitos e da intervenção, da participação direta no espaço da decisão política. A cidadania ativa é aquela que opera para interferir no interior do Estado. (CHAUÍ, 1991, p. 117)

Já para Demo (1995), a cidadania está muito presente no processo de desenvolvimento, o que a transforma em um fator indispensável para o progresso. Segundo o autor, a palavra cidadania significa competência humana de fazer-se sujeito, sendo esta competência relevante para a construção da história própria e da coletividade organizada, no entanto, existe também a vinculação da cidadania à promoção da educação. Demo afirma ainda que, o processo de formação da cidadania necessita dos seguintes componentes: educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação.

Há atualmente no Brasil uma preocupação em se desenvolver políticas que proporcionem uma maior interação entre a polícia e a comunidade acadêmica. Ao analisar o processo de formação da cidadania ressaltada por Demo (1995), é possível perceber a importância de se inserir a educação na formação profissional dos agentes de segurança pública. Em relação às instituições policiais, percebe-se um distanciamento, até então, em relação às universidades, que poderia ter contribuído generosamente para a deficiência na formação cidadã dos policiais, no que tange a forma como lidam com a sociedade.

Ainda de acordo com Demo, para que se desenvolva a cidadania é preciso que haja uma eliminação da pobreza política. Chauí de forma semelhante faz referência ao caráter político para a promoção da cidadania. Não obstante, podemos ainda encontrar nos relatos de Demo (1995) a definição de não-cidadão: que consiste em alguém que, por estar coibido de tomar consciência de sua condição marginal, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de se organizar politicamente. Assim, segundo o autor esse sujeito acaba

entendendo sua injustiça como sendo parte do seu destino, mantendo-se na condição de pobreza política.

Segundo Costa Art (2003), as práticas violentas por parte da polícia é resultado da fragilidade dos mecanismos institucionais de controle da atividade policial. Entretanto, a implementação de tais mecanismos depende das interações entre as polícias, a sociedade civil e a sociedade política.

Sousa Santos (1998) aponta que, a modernidade ocidental apresenta um tipo de democracia que está ligado a um modelo de contrato social que expressa uma forma de conflito dialético que transita entre a regulação social e a emancipação social. Há também, um conflito de vontades e interesses individuais que vai de frente a vontade geral e o bem estar comum. Neste contexto, o referido autor defende que há uma profunda crise do controle social, que desencadeia como consequência a desregularização social. Deste modo, este processo gera e exclusão social em detrimento da inclusão social.

No que diz respeito aos direitos humanos, é possível dizer que estes são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos. Normalmente o conceito de direitos humanos apresenta a idéia de liberdade de pensamento, de expressão e da igualdade perante a lei. A Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas afirma que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” (Artigo 1º).

De acordo com Bobbio (2004), o reconhecimento e a proteção dos Direitos do homem estão na base das constituições democráticas modernas. A paz por sua vez, pode ser vista como pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos do homem em cada Estado e no sistema institucional.

Neste sentido, faz-se uma reflexão sobre direitos do homem, democracia e paz:

Direitos do homem democracia e paz são tres momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia ; sem democracia não existe as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estavel uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadão não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo (BOBBIO, 2004, p. 01).

No Brasil, de acordo com o PNEDH (2007) - o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos Direitos Humanos e da construção histórica da sociedade civil organizada. O PNEDH resulta de uma articulação institucional envolvendo os Três Poderes da República, especialmente o Poder

Executivo (Governos Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal), organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade civil organizada.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH e o Ministério da Educação - MEC , em parceria com o Ministério da Justiça - MJ e Secretarias Especiais, além de executar programas e projetos de educação em direitos humanos como RENAESP, também são responsáveis pela coordenação e avaliação das ações desenvolvidas por estes projetos.

Cabe aqui resaltar a importancia de se pensar políticas e programas como o RENAESP que tenham como principal objetivo, além de aproximação entre polícia e sociedade acadêmica, também a formação de policiais que saibam lidar com as reais necessidades da sociedade e reconhecer os direitos do ser humano como cidadão. Já é sabido que o investimento em armamentos, em viaturas e na contratação de novos policiais não é suficiente para melhorar o quadro de violência no país, o que de fato se necessita é uma reeducação policial. Apesar de se estar vivendo no século XXI, a cultura da maioria dos policiais continua a mesma vivenciada na ditadura militar. Para a elaboração deste trabalho, julgou-se necessário, esclarecer o significado de Segurança Pública de acordo com a Constituição Brasileira, e também na concepção de alguns autores que pesquisam sobre o assunto. Para tanto, o proximo tópico tratará de expor estas conceituações.

1.6. O conceito de Segurança Pública

Este tópico foi traçado com o objetivo de expor ao leitor o significado da segurança pública no Brasil. Além do mais, considerou-se importante esclarecer que a segurança não é só um papel da polícia ou do Estado, mas que a comunidade necessita participar deste processo em uma ação mútua com estes organismos e com a própria sociedade para se chegar a um fim comum, que é paz nas comunidades brasileiras.

Desse modo, o conceito e a função específica da Segurança Pública e da Constituição Brasileira de 1988 afirma que: a segurança como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para prevenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Art. 144º).

O Art. 5º define como princípios para o exercício do direito à justiça, o respeito da lei acima das vontades individuais, o respeito à dignidade contra todas as formas de tratamento desumano e degradante, a liberdade de culto a inviolabilidade da intimidade das pessoas, o

asilo, o sigilo das correspondências e comunicações, a liberdade de reunião e associação e o acesso a justiça

Costa Ivo (2005) apresenta o termo controle social como uma força que o Estado exerce sobre a sociedade por meio das ações policiais. De acordo com a referida autora esta força varia em forma e conteúdo de sociedade para sociedade. É difícil imaginar a existência de uma nação que não adote qualquer dispositivo de segurança, visando à contenção das condutas que ameaçam a sua própria ordem.

Outra importante observação feita por Ferreira (1997), em relação ao controle social, é que seu aspecto funciona mais como elemento de desorganização social do que como elemento de socialização e coesão social. Este fenômeno, mais tarde, é cuidadosamente observado na análise desenvolvida sobre a natureza do controle exercido pelas organizações burocráticas em particular as policiais.

Costa Ivo (2005) chama atenção para a necessidade urgente de se repensar a segurança pública. Este ato se daria por meio de reavaliação e redefinição do papel da polícia e da forma como esta lida com a sociedade. Contudo, para que isso seja de fato viabilizado, é necessário reconhecer as contradições que a polícia vive como instituição pública que promove a segurança pública. Do mesmo modo, há necessidade de combater o que, de fato, leva a obtenção de sua ineficácia como uma organização prestadora de serviço público.

Para expressar este sentimento de mudança no âmbito da forma como se promove, hoje, o exercício da segurança pública, por meio de policiais, Costa Ivo (2005, p. 16) ressalta que:

Hoje, mais do que nunca, questionam-se os resultados das ações das organizações da segurança pública no país, tanto pelos elevados índices de criminalidade e violência urbana, quanto pelo agravamento das tensões sociais. Em tais condições, a emergência de uma nova forma de pensar sobre este fenômeno contribuirá com novas reflexões para uma gestão política dos serviços públicos de segurança na sociedade.

Analisados então os relatos da referida autora, torna-se possível dizer que não existe mais espaço para pensar as organizações policiais apenas como instrumento das políticas públicas excludentes. Ademais, estas políticas não podem ser entendidas como expressões de um determinado nível de intervenção do Estado na área de segurança, a privilegiar tão somente um segmento da área social, mas, sim como respostas às necessidades de proteção da sociedade como um todo, na medida em que a violência e a insegurança social atingem todas as esferas da sociedade. “Vê-se, contudo, que as camadas populares, por múltiplas razões, são as que mais convivem com esse fenômeno”, Costa Ivo (2005, p. 16).

Em uma pesquisa¹ realizada na cidade de Salvador, os próprios policiais relataram que as regiões de classe média-alta são os locais em que mais há policiamento, restando para os bairros pobres apenas o descaso e o desrespeito para com os jovens marginalizados, assim, é visível a urgência em se mudar o paradigma vigente, onde o policiamento eficiente só existe para os ricos.

Após a exposição dessas informações, relacionadas à segurança pública e as instituições policiais, o próximo tópico relatará algumas questões das Políticas Públicas e a Segurança Pública existentes no Brasil, que visam o aperfeiçoamento da atuação policial em seus respectivos locais de trabalho. Também se dedicará a explicação de algumas ações que vêm sendo tomadas para diminuir o quadro de violência tanto da polícia como da sociedade como um todo.

1.7. As políticas públicas e a Segurança Pública no Brasil

De acordo com Balestreri e Duarte (2007), durante décadas, inexistiu espaço para discussão da segurança pública na sociedade e, em contrapartida, inexistiram demanda e subsídios para o estabelecimento de políticas de segurança pública, marcadas por um real compromisso com resultados e pela obrigação da prestação de contas das ações executadas para a comunidade. As instituições de segurança pública saíram estigmatizadas do período militar, pois se distanciaram dos formadores de opinião e do meio acadêmico, e que até hoje traz conseqüências deste distanciamento.

Ainda de acordo com os referidos autores, o Instituto de Cidadania, em um movimento suprapartidário, elaborou um plano de segurança pública que, desde 2003, vem pautando as ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Como programa de governo do Presidente Lula, atual presidente da república do Brasil, este Programa traça as linhas do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, tendo como principal diretriz a gestão integrada dos órgãos de segurança.

Para tanto, foi recomendado um processo de gestão marcado pelo caráter participativo de todos os Estados, Municípios e, principalmente, da sociedade na produção de uma nova política de segurança pública. Balestreri e Duarte (2007) ressaltam que, no ano de 2003, todos os Estados aderiram formalmente ao SUSP, por meio de convênio. O ano de 2007 foi

¹ Pesquisa realizada pela doutora Ivone Freire Costa e divulgada em seu livro: *Polícia e Sociedade Gestão de segurança pública, violência e controle social*.

marcado pelo lançamento no MJ do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, pautado pelas diretrizes do SUSP, no qual ganha destaque o contínuo monitoramento de resultado das ações e políticas de segurança pública em parceria com o meio acadêmico.

Visando garantir a aplicabilidade prática das ações que consubstanciam a implementação do SUSP, Balestreri e Duarte (2007) apontam que, a equipe técnica da SENASP optou continuamente pelo processo de planejamento e execução de suas ações por críticas e sugestões advindas do meio acadêmico e dos profissionais em segurança pública responsáveis pela execução do Plano Nacional no Brasil.

Para Balestreri e Duarte (2007), a aproximação do meio acadêmico, visou garantir a presença de uma massa crítica interna dentro do serviço público. Nesse sentido, uma das ações considerada mais importantes a ser executada foi à criação da RENAESP. A princípio foram 22 instituições de ensino superior que objetivam formar, anualmente, 1.600 policiais especializados, custeados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública.

Diante desses aspectos, Balestreri e Duarte (2007) apontam que, o objetivo da criação do RENAESP é descentralizar a produção de um conhecimento, que uma vez consolidado, se tornará base para difundir as políticas de segurança pública em todo Brasil. Assim, o próximo capítulo se dedicará a abordagem exclusiva do programa RENAESP. Será analisado de forma detalhada o seu processo de criação, de implementação e a forma como o mesmo está se propagando, atualmente, pelas universidades brasileiras e especialmente no DF pela UnB.

CAPÍTULO 2

O PROGRAMA RENAESP: UNIVERSIDADES E SEGURANÇA PÚBLICA UNIDOS PARA PENSAR A VIOLÊNCIA

As diversas cenas de violência praticadas pela polícia, os atos de corrupção e de abuso de autoridade que na maioria das vezes levam a tragédias irreparáveis, veem demonstrando que a atividade policial, da forma como é praticada atualmente, necessita com urgência de mudanças legítimas.

Observadas todas as questões desencadeadas pelo mau uso do poder da polícia em diversas situações, e também pensando em uma forma de valorizar um programa que trouxesse uma nova abordagem de pensamento no âmbito da segurança pública, surgiu a necessidade de explorar, de forma mais detalhada, o programa RENAESP. Diante disso, é importante ressaltar que, poucos são os programas na área de segurança pública que têm o cuidado de pensar na formação de profissionais que, a partir dessa, venham a estar comprometidos com o respeito aos direitos humanos e a garantia do exercício democrático de direito dos cidadãos comuns.

Diante desses aspectos é possível dizer que o programa RENAESP veio como uma proposta renovadora, que visa a modificação cultural da atividade policial, o que torna importante a valorização de iniciativas que almejam o enriquecimento do respeito as diferenças. Assim, já está mais do que claro, que ações agressivas apenas geram mais violência e revolta social, fato este que tem desencadeado um significativo aumento da criminalidade nos dias atuais. É necessário elaborar novas maneiras de lidar com a criminalidade, pois a situação atual vem preocupando não somente os governantes, mas também os comandantes responsáveis pela garantia da segurança no país.

A educação em direitos humanos, que é o principal foco da RENAESP, é uma proposta relevante para modificar de forma relevante a realidade da violência e abuso de poder entre os profissionais de segurança pública atualmente. Esta modificação é conjuntural, e pode levar, até mesmo, a uma significativa diminuição nos índices gerais de violência. É partindo desses pressupostos, que se percebe a importância de estudar um programa como o RENAESP. O fato de deixá-lo esquecido pode levar até mesmo a sua extinção, o que não seria nada vantajoso para o desenvolvimento democrático do País.

A continuidade do programa RENAESP, de forma ética e eficiente, levaria a uma significativa melhora, não só para a sociedade policial, mas também para a sociedade como um todo. O índice de violência, tanto entre pessoas da sociedade que se encontram em situação de risco como entre a sociedade policial, poderia vir a apresentar outra realidade. Assim, ao invés da polícia praticar a violência e a corrupção, iria praticar o exercício da cidadania. A harmonia entre a sociedade e a polícia seria algo garantido, logo o sentimento de paz uma realidade e não apenas uma idealização.

Antes de dar início ao próximo assunto, convém destacar, a dificuldade de realização do trabalho, pois a falta de publicação de dados sobre o programa RENAESP, infelizmente é uma realidade que ainda necessita de maiores intervenções. Os órgãos oficiais não tiveram a preocupação em publicar algumas informações relevantes, sejam por publicações impressas ou mesmo pela internet.

Apesar de existirem poucas publicações a respeito do programa, nos próximos tópicos se buscará o detalhamento de forma mais abrangente do seu processo de criação. Descrevendo assim, a proposta de pensar medidas de promoção dos direitos humanos, a abrangência do programa nas unidades da federação e a forma como o mesmo está se desenvolvendo na UnB, serão os pontos abordados a seguir.

2.1.O processo de criação do programa RENAESP

O programa RENAESP foi criado com o objetivo de se obter um mecanismo de educação para profissionais de segurança pública. Este processo se deu por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Segurança Pública do MJ e as Instituições de Ensino Superior – IES, formando, assim, uma Rede Nacional de Altos Estudos Em Segurança Pública - RENAESP. As universidades cadastradas a esta rede, têm que estar necessariamente comprometidas em incluir na formação profissional dos representantes da segurança pública, questões que apesar de relevantes, antes eram pouco discutidas entre esta categoria profissional.

Neste sentido Oliveira et al. (2007, p. 147) afirmam que:

A atividade policial precisa lidar com modalidades de fenômenos da criminalidade que seriam irreconhecíveis por policiais de gerações anteriores. Ao analisar-se as implicações sociais, econômica e políticas intensificadas no âmbito nacional das questões de segurança pública.

Posto isso, o programa se preocupa em abordar assuntos como as questões de gênero, racial, homofobia, violência doméstica entre outros. É importante ressaltar que sendo profissionais que se deparam a todo instante com conflitos, é fundamental que eles tenham conhecimentos em assuntos que abordem o respeito aos direitos humanos, principalmente, no que tange às diversidades culturais existentes.

A atividade policial tem uma história marcada por violência e corrupção, uma das explicações cabíveis para este fato, atualmente, pode ser apontada pela demora que se teve em incluir temas considerados relevantes na formação intelectual dos profissionais de segurança. Outro fator que se deve levar em conta, é a distância que sempre existiu entre policiais e universidades, pois o programa RENAESP é um dos pioneiros e se preocupou em promover uma maior aproximação entre universidade e profissionais de segurança.

Após a explanação desses pontos, que podem levar a um melhor entendimento do programa, deve-se partir para a exposição do processo histórico da criação do RENAESP, com base em informações presentes no site do MJ. Assim, foi feita uma retrospectiva do assunto em foco.

O ano de 2005 marca o início do programa RENAESP no Brasil. Neste mesmo ano a SENASP decidiu mobilizar as universidades para trabalharem junto com os profissionais de Segurança Pública. Esta iniciativa se deu por intermédio do então diretor de pesquisa o Sr. Ricardo Balestreri que atualmente é o Secretário Nacional de Segurança Pública.

A respeito deste assunto, o coordenador do curso de especialização em segurança pública e cidadania da UnB, Arthur Trindade² (anexo) afirma que:

A partir dos anos 90, as universidades que até então tinham muito pouco conhecimento acumulado sobre polícias e segurança pública, começaram a produzir mais sobre o assunto. Pessoas foram fazer seus doutorados e mestrados nessa área, inicialmente foram pra fora, outros já começaram fazendo aqui mesmo no Brasil. A partir da década de 90, as universidades no Brasil começam a adquirir uma capacidade instalada para refletir sobre o tema, esta capacidade ainda é muito incipiente, mas é suficiente para ministrar cursos de especialização.

Diante de tal concepção, é possível dizer que na década de 90, as universidades tinham muito pouca reflexão sobre o tema, o que é uma característica própria do Brasil. Em outros países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Espanha, são as universidades que contribuem fortemente para a formação dos policiais enquanto que no Brasil, a polícia se desenvolve por conta própria, ou seja, sem a ajuda das universidades.

² Entrevista com o coordenador.

O fato, das universidades não terem contribuído para o desenvolvimento da segurança pública no Brasil, pode ser entendido da seguinte forma: “as polícias não viam com bons olhos os professores e os professores não viam com bons olhos os policiais”. O fato é que no Brasil, polícia e universidade, cada um seguiu o seu curso até a década de 90. A Partir desta década em função do crescimento da violência, as universidades começam a tratar o tema.

É neste contexto, e a partir do governo Lula, que a SENASP começa a convocar as universidades para refletir e trabalhar nos desafios da segurança pública brasileira. O programa RENAESP, de acordo com as informações presente no site do MJ, consiste no credenciamento de IES para a promoção de cursos de especialização em Segurança Pública. O programa tem como objetivo difundir entre os profissionais de segurança pública e entre as instituições com que trabalham o conhecimento e capacidade crítica, necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, comprometido com a cidadania, os Direitos Humanos e a paz social, articulado com os avanços científicos e o saber acumulado.

A visão que norteia o processo de construção do RENAESP está centrada na valorização da especialização dos profissionais de segurança pública, que objetiva o papel estratégico da universidade na construção de um novo projeto de segurança pública para o País. Não obstante, o processo também está centrado no objetivo de: melhorar a qualidade do desenvolvimento da educação na área de Segurança Pública, democratizar o acesso e a construção de uma gestão eficiente e cidadã.

De acordo com o MJ, a estratégia adotada inicialmente pela SENASP foi o credenciamento de vinte e uma IES, para a realização de Cursos de Especialização na modalidade presencial e uma IES que tenha acordo/convênio com Instituições de Ensinos Internacionais, na modalidade de ensino à distância.

Ademais, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI aponta que no processo de seleção das IES alguns critérios são exigidos, tais como: adequação do conteúdo programático aos princípios da Matriz Curricular Nacional; realização de Curso de Especialização na área de segurança pública nos últimos cinco anos; experiência na formação de policiais nos últimos cinco anos; apresentação de conteúdos programáticos e metodologias, enfatizando o tema das políticas e das práticas de segurança pública em relação aos direitos humanos, à violência de gênero, à liberdade de orientação sexual, à igualdade racial e enfrentamento da homofobia.

As vagas são custeadas por recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e visa o atendimento da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpos de Bombeiros e Guardas Municipais, de acordo com o que está previsto na lei (nº 10.201/2001). Os requisitos para participar do

programa se resumem em ser servidor ativo - preferencialmente advindo dos segmentos hierárquicos intermediários - e possuir curso de graduação de nível superior em qualquer área do conhecimento.

Diante desses aspectos, pode-se dizer que o programa RENAESP dispõe de uma excelente estrutura. No entanto, o que está faltando é a dedicação no sentido de produzir mais teoria sobre o assunto³.

Ao visitar o MJ do DF, os profissionais responsáveis, relataram que no local não existia nenhum material que abordasse o programa RENAESP, ressaltaram, ainda, que as únicas informações existentes, estavam presentes no site do MJ. Ao pesquisar o site, percebeu-se que as informações disponíveis são um tanto superficiais, fato que dificulta o aprofundamento e o estímulo de realização de pesquisas na área de segurança pública. Por esse motivo, as informações pertinentes ao programa apresentadas neste tópico, foram fundamentadas com base no site do MJ e com base em entrevista realizada com o coordenador do curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania, o professor Arthur Trindade Maranhão Costa da UnB.

Após a explanação que abordou o processo de criação do programa, será definida a proposta primordial que foi idealizada quando se criou a Rede de Especialização em Segurança pública. No próximo tópico serão abordadas questões pertinentes ao compromisso de se pensar em formas de promover os direitos humanos na ação dispensada por profissionais que representam a segurança pública no país.

2.2. A proposta de pensar medidas de promoção dos Direitos Humanos

No Brasil, de acordo com o PNEDH (2008), o respeito aos Direitos Humanos é condição indispensável para a implementação da justiça e da segurança pública em uma sociedade democrática. É importante pensar que, se faz necessário a criação de políticas voltadas para formação de profissionais de segurança públicas com base nos princípios dos direitos humanos.

³ A única fonte de livros e artigos que se teve acesso foi por intermédio da professora Ivone Freire Costa, que disponibilizou o seu livro sobre Polícia e Sociedade e a revista da Rede Nacional de Altos Estudos Em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Infelizmente, no Brasil, às políticas públicas que visam a formação de policiais, guardas municipais, bombeiros e profissionais de justiça, ainda são muito insipientes. Na verdade, a proposta apresentada pelo PNEDH ainda não é uma realidade presente na promoção de políticas públicas destinadas à segurança no país.

O Plano Nacional destaca a idéia da criação de uma Matriz Curricular Nacional que apresente conteúdos curriculares obrigatórios. Assim, o conteúdo inclui disciplinas e atividades que complementam assuntos em direitos humanos. O credenciamento com as universidades, somente poderá ser firmado com aquelas que já desenvolviam alguma atividade na área de segurança pública. A matriz apresenta um referencial que norteia o processo de formação, e, neste processo, os direitos humanos ocuparão um lugar central.

Apesar de o programa RENAESP ser uma forma inovadora de se pensar propostas de trabalhar os profissionais de segurança pública, para que esses possam proporcionar ações eficientes, não somente de brutalidade e de violência para com a sociedade, percebe-se que as iniciativas e práticas ainda são um tanto desarticuladas. Por meio de pesquisas realizadas em sites e até mesmo no próprio MJ foi possível perceber que não existe um material informativo destinado ao programa em si. As dificuldades de se estudar o programa são enormes, pois, como foi exposto pelos próprios profissionais do MJ, que atuam no programa, não existem livros, cartilhas ou até mesmo uma forma eficiente de divulgação do programa. Desse modo, as poucas informações existentes estão presentes em páginas encontradas em sites ou em colunas de jornais e revistas encontradas na Internet.

Os próprios estudantes, apesar de acharem o programa extremamente relevante para o processo de formação, apresentam críticas à forma como o curso é ministrado, principalmente no que tange ao material fornecido pelos professores. De acordo com os estudantes do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania a Universidade de Brasília, são os professores que selecionam capítulos de livros e disponibilizam em xérox para que os alunos possam ter acesso. Não existe um material específico disponibilizado pela SENASP, fato este, segundo os estudantes, que dificulta em muito o processo de aprendizagem, pois este material fica um tanto disperso e os assuntos a serem abordados, desarticulados.

O programa RENAESP, por apresentar propostas inovadoras e que visam uma verdadeira quebra de paradigmas, no que refere à segurança pública, deveria ser divulgado de forma mais abrangente, para que mais ou todas as pessoas pudessem tomar conhecimento de sua existência. Muitos profissionais da área de segurança pública não sabem se quer da sua existência, talvez, pelo fato do número das vagas ainda ser um pouco limitado, não exista uma

divulgação que alcance um maior número de profissionais. Em Brasília, por exemplo, o curso só é fornecido pela UnB e pela Universidade Euro Americana - UNIEURO.

Existe uma parceria entre a SEDH e o programa RENAESP em que a referida secretaria expõe temas importantes que não podem ser esquecidos nos cursos apresentados pelo RENAESP, assim, temas relevantes como o combate a tortura, a questão do adolescente em conflito com a lei, o combate ao trabalho escravo e infantil e a exploração sexual infantil não podem ser deixados de fora.

Apesar de as propostas de integração entre polícia e educação em direitos humanos ainda serem bastante recentes no Brasil, é necessário, que os formuladores de políticas públicas na área de segurança tenham a preocupação de não produzir simplesmente uma colagem de direitos humanos, com a intenção de apenas agregar valores à formação profissional dos policiais. O que realmente se torna essencial, é a percepção por parte destes profissionais, de que existe uma cultura machista de desrespeito às diferenças de gênero, de raça e de posição social, na qual os mais pobres automaticamente são considerados marginais pela maioria destes profissionais. No momento em que os próprios profissionais de segurança pública perceberem que a forma como eles estão atuando não está gerando melhoras, certamente será um grande passo para que possam estar abertos a absorção de novos conceitos, que marcará um novo modo de fazer segurança pública no país.

O formulador do programa o Sr. Ricardo Balestreli aponta que, as aulas de direito humanos e os assuntos correlatos visam uma aproximação maior entre polícia e comunidade. Segundo ele, além de formar uma polícia cidadã, o objetivo do programa é também formar uma polícia comunitária que saiba as demandas da comunidade onde está atuando. Neste sentido, como foi apontado pelo próprio Balestrri, o policial, de certa forma, é um cuidador social, que está inserido na sociedade para proteger e promover os direitos humanos e não para desrespeitá-lo.

No entanto, a cultura de desrespeito às diferenças tem uma posição histórica na instituição policial. O período ditatorial deixou marcas profundas, que rotularam os profissionais da área de segurança, mais especificamente os militares, como detentores de uma autoridade e de um poder cujo uso da força e de armas letais é um dos principais instrumentos de intervenção. Até mesmo entre os cidadãos comuns existe, ainda, muito preconceito no que se refere às diferenças de cor, de raça, de gênero e de opção sexual, que estão fora dos padrões aceitos pela sociedade. Se entre as comunidades de forma geral é difícil abolir os preconceitos, imagina em uma instituição que sempre se pautou em princípios tradicionalistas e estigmatizastes.

É justamente por causa das dificuldades que as instituições policiais encontram em se adequarem a novos paradigmas que visam formar profissionais de segurança, promotores de cidadania, que surge a necessidade de diminuir o distanciamento entre universidade e instituição policial. As universidades poderão contribuir principalmente no que se refere às ciências humanas, para a formação de policiais que promovam a cidadania. É neste sentido, que o programa RENAESP tem efetivado o credenciamento de universidades, com o intuito de oferecer cursos que preparem disciplinas necessariamente articuladas com assuntos relativos às questões sociais polêmicas. Os profissionais de segurança poderão lidar de forma mais familiarizada com estas questões ao usar a inteligência e o respeito.

As instituições policiais, por conta da sua história, que na maioria das vezes levam a atitudes violentas e ao desrespeito ao exercício democrático de direito, acabou por gerar um estigma que até os dias atuais está impregnado na instituição. Desse modo, mesmo os policiais que se preocupam em respeitar os indivíduos como cidadãos, acabam sendo também estigmatizados. As universidades também necessitam se despir de todo seu preconceito em relação às instituições policiais, pois os profissionais que procuram fazer um curso de especialização têm como foco principal o respeito aos direitos humanos, certamente também têm algum interesse pelo assunto.

Para ocorrer de fato um trabalho que verdadeiramente faça a diferença, é necessária uma real aproximação entre polícia e universidade. Quando se conseguir chegar a essa aproximação e houver um verdadeiro sentimento de mudança por parte dos policiais, poderá ser alcançado êxito não só em regiões isoladas, mas em todas as regiões da Federação Brasileira.

Após expor os pontos mais relevantes sobre as propostas de pensar políticas de educação em direitos humanos para profissionais de segurança pública, será apresentada a abrangência do programa no território brasileiro, assim, o próximo tópico se dedicará a exposição da rede de universidades que estão credenciadas a SENASP para fornecer os cursos do RENAESP em todo Brasil.

2.3. A abrangência do programa nas unidades da federação

Segundo informações disponibilizadas pelo MJ, o programa RENAESP está presente em todo o Brasil, com cerca de 65 cursos e 65 universidades cadastradas, abrange as regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste. Embora exista uma ou mais universidades

credenciadas à rede em cada região da federação, o número de vagas ofertadas são consideradas relativamente insuficientes, até mesmo pelo formulador do programa. Esta escassez se torna evidente ao ser considerado à quantidade de universidades cadastradas e de cursos ofertados, assim como o total de profissionais de segurança pública existentes em todo Brasil. A necessidade de mais vagas, surge ao se perceber a relevância do programa para o desenvolvimento democrático do país.

Diante de tal percepção, deve-se agora partir para a apresentação das universidades cadastradas em todo Brasil e a explanação de todos os cursos oferecidos pelas respectivas universidades. A apresentação desses dados fará com que o leitor possa entender melhor a proposta de formação dos profissionais por meio da educação em direitos humanos. A apresentação se dará por meio de tabelas, nas quais serão demonstradas as regiões da Federação, os Estados, os Municípios e a quantidade de Instituições cadastradas nos respectivos Estados e Municípios. Para tanto, foi utilizado como fonte de pesquisa o site do MJ, onde poderá se confirmado todos os dados e informações que serão apresentadas a seguir.

Tabela 1 – Região Centro Oeste: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008.

Estados e municípios	Nº de Universidades Cadastradas
Distrito Federal	2
Goiás: Goiânia	1
Mato Grosso: Cuiabá	1

Fonte: Elaboração Própria. Instituições de Ensino Superior credenciadas, 2007-2008. Ministério da Justiça – MJ (<http://www.mj.gov.br/data/Pages>, acessado em 16/05/2009).

É importante esclarecer que todos os cursos da rede Nacional de Altos Estudos oferecidos na Região Centro Oeste, apresentam temas que estão ligados aos direitos humanos. O curso oferecido pela UnB é de Segurança Pública e Cidadania, o disponibilizado pela UNIEURO é de Segurança Pública e Direitos Humanos, sendo ambos os cursos respectivamente de Especialização e de Pós-Graduação. O curso oferecido pela Instituição Universidade de Sá – Goiás - FAGO é de Pós-Graduação Lato Sensu em Política em Segurança Pública, já a Universidade Federal de Mato Grosso disponibiliza o Curso de Política de Segurança Pública e Direitos Humanos.

Tabela 2 – Região Norte: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008.

Estados / Municípios	Nº de instituições cadastradas a rede
Alagoas: Maceió	1
Bahia: Salvador / Ilhéus	3
Ceará: Fortaleza	3
Paraíba: João Pessoa	1
Pernambuco: Recife	3
Rio Grande do Norte: Natal	2
Sergipe: Aracajú	2
Piauí: Teresina	1

Fonte: Elaboração Própria. Instituições de Ensino Superior credenciadas, 2007-2008. Ministério da Justiça – MJ (<http://www.mj.gov.br/data/Pages>, acessado em 16/05/2009).

Os cursos cadastrados no programa RENAESP, disponibilizados na Região Norte, assim como na Região Centro Oeste, também apresentam temas relevantes e se comprometem em introduzir na formação dos profissionais de segurança pública a construção de teorias, que possibilitem maiores acesso a educação em direitos humanos. Na Faculdade de Alagoas – FAL existe o curso de Política de Segurança Pública e Direitos Humanos. Na Bahia, Salvador, a Faculdade Integrada da Bahia – FIB oferece o curso de Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública, sendo que a mesma faculdade disponibiliza também o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Perícia Criminal. A Universidade Federal da Bahia - UFBA disponibiliza o Curso de Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública e o Curso de Prevenção da Violência e Avaliação de Políticas Públicas.

E importante ressaltar que a UFBA foi à única, até então, que criou uma revista acadêmica sobre esta temática – A Revista RENAESP, Gestão da Segurança Pública: Desafios e Perspectivas – que foi organizada pelos autores, Ivone Freire Costa, Íris Gomes dos Santos e Ricardo Brisolla Balestreri. Desse modo, a revista é uma das principais fontes de informação utilizada neste trabalho.

Em Ilhéus, a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC oferece o Curso de especialização em Segurança Pública – Interiorização. No Ceará, na cidade de Fortaleza a Faculdade Integrada do Ceará – FIC apresenta o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Política e Gestão em Segurança e o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Perícia Criminal., a Universidade de Fortaleza – UNIFOR oferece o Curso de Especialização em Polícia

Comunitária, a Universidade Federal do Ceará – UFC o Curso de Especialização em Cidadania e Direitos Humanos em Segurança Pública e também o curso de Especialização em Policiamento Comunitário.

Na Paraíba, em João Pessoa, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB disponibiliza o Curso de Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos. Em Pernambuco na cidade de Recife a Associação Caruaruense de Ensino Superior – Caruaruense oferece o Curso de Especialização em Política Pública de Segurança. A Faculdade Integrada de Pernambuco – FACIPE o Curso de Especialização em Políticas Pública de Segurança. A Faculdade Integrada do Recife – FIR disponibiliza o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Políticas e Gestão em Segurança Pública.

No Piauí, em Teresina a Universidade Federal do Piauí – UFPI disponibiliza o Curso de Especialização em Segurança Pública. No Rio Grande do Norte - Natal a Faculdade Câmara Cascudo – FCC desenvolve o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Perícia Criminal e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN o Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania. Em Sergipe na cidade de Aracajú a Faculdade de Sergipe – FASE apresenta o Curso de Especialização de Política e Gestão em Segurança Pública e a Universidade Federal de Sergipe – UFS O Curso de Especialização Lato Sensu em Violência Criminal e Políticas Públicas.

Tabela 3 – Região Norte: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008.

Estados / Municípios	Nº de instituições cadastradas a rede
Acre: Rio Branco	1
Amazona: Manaus	1
Amapá: Macapá	1
Pará: Belém	1
Rondônia: Porto Velho	1
Roraima: Boa Vista	1
Tocantins: Palmas	1

Fonte: Elaboração Própria. Instituições de Ensino Superior credenciadas, 2007-2008. Ministério da Justiça – MJ (<http://www.mj.gov.br/data/Pages>, acessado em 16/05/2009).

Assim como proposto pelo programa RENAESP, em todas as Universidades cadastradas existe um compromisso por parte das instituições, em abordar temas que os direitos humanos estejam presentes de forma transversal. No Acre, de acordo com o MJ

existem sete universidades cadastradas, sendo que todas elas apresentam cursos que abordam temas que perpassem a questão dos direitos humanos, democracia e cidadania.

Na cidade de Rio Branco a Universidade Federal do Acre – UFAC oferece o Curso de Especialização em Segurança. O Amazonas, na capital Manaus há o Centro Universitário Nilton Lins – UNINILTONLINS que disponibiliza o Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública e Direitos Humanos. Em Amapá na capital de Macapá, a Faculdade do Amapá – FAMAP apresenta Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Políticas e Gestão em Segurança Pública.

Dando Continuidade, na cidade de Belém no Pará há a Faculdade do Pará – FAP que desenvolve o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política Criminal. A Universidade Federal do Pará – UFPA disponibiliza o Curso de Especialização em Segurança Pública e Gestão da Informação e o Curso de Especialização em Sociedade e Gestão de Segurança Pública.

Em Rondônia Porto Velho, a Universidade Federal de Rondônia – UFRO disponibiliza o Curso de Especialização em Direitos Humanos e Segurança Pública. Em Roraima, Boa Vista, na Universidade Federal de Roraima – UFRR existe o Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania. Em Tocantins, Palmas, a Universidade Federal do Tocantins – UFT disponibiliza o Curso de Especialização em Segurança Pública: Teoria e prática no gerenciamento de Polícia Comunitária.

Tabela 4 – Região Sudeste: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008.

Estados / Municípios	Nº de instituições cadastradas a rede
Espírito Santo: Vitória / Vila Velha.	3
Minas Gerais / Belo Horizonte / Montes Claro.	3
Rio de Janeiro: Rio de Janeiro / Niterói	4
São Paulo: São Paulo / Campinas / Sorocaba	4

Fonte: Elaboração Própria. Instituições de Ensino Superior credenciadas, 2007-2008. Ministério da Justiça – MJ (<http://www.mj.gov.br/data/Pages>, acessado em 16/05/2009).

Assim como em todas as regiões citadas anteriormente, a Região Sudeste também possui universidades cadastradas e apresentam temas de cursos de especialização que se destacam por suas ideias inovadoras, no que diz respeito ao novo modelo de se pensar segurança pública. Desse modo, é possível perceber que este processo de desenvolvimento de

políticas públicas, que se pautam na aproximação entre universidade e agentes de segurança, com o objetivo de promover os direitos humanos, está presente em todo Brasil.

No Espírito Santo, há o Município de Vitória, onde se pode encontrar a Faculdade Espírito Santanense – FAESA que desenvolve o Curso de Especialização de Gestão em Segurança Pública. Na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES existe também o Curso de Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública. Em Vila Velha, o Centro Universitário Vila Velha – CUVV apresenta o Curso de Especialização em Gestão Integrada em Segurança Pública, sendo que o mesmo centro desenvolve também o Curso de Especialização em Inteligência de Segurança Pública.

No Estado de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte, a Superior Escola Dom Helder Câmara desenvolve o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública e Complexidade, assim como Polícia Comunitária e Segurança Cidadã. A Fundação João Pinheiro possui o Curso de Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG o Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. Neste Estado existe, ainda, no município de Montes Claros a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes com o Curso de Especialização Lato Sensu em Análise de Criminalidade, Violência e Segurança Pública.

No Estado do Rio de Janeiro, em Rio de Janeiro, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO desenvolve o Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania. A Universidade Candido Mendes – UCAM o Curso de Especialização em Segurança e Cidadania. A Universidade Estácio de Sá desenvolve o Curso de Política e Gestão em Segurança Pública e o Curso de Especialização Lato Sensu em Perícia Criminal. A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ apresenta o Curso de Especialização em Segurança Pública, Cultura e Cidadania. Ainda no mesmo Estado, o município de Niterói na Universidade Federal Fluminense – UFF desenvolve o Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública.

O Estado de São Paulo, em de São Paulo há a Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP que desenvolve o Curso de Especialização em Gestão de Políticas Preventivas da Violência, Direitos Humanos e Segurança Pública. E a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP o Curso de Especialização em Gestão de Política Preventivas da Violência, Direitos Humanos e Segurança Pública. Em Campinas existe a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC/Campinas que também oferece o Curso de Especialização em Segurança Pública e Sociedade. Por fim em Sorocaba, a Universidade de

Sorocaba – UNISO que desenvolve o Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública com Direitos Humanos.

Tabela 5 – Região Sul: Estados e Municípios - universidades cadastradas a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 2007-2008.

Estados / Municípios	Nº de instituições cadastradas a rede
Paraná: Curitiba	2
Rio Grande do Sul: Porto Alegre / Canoas / Novo Hamburgo / Santa Maria / São Leopoldo.	5
Santa Catarina: Florianópolis	1

Fonte: Elaboração Própria. Instituições de Ensino Superior credenciadas, 2007-2008. Ministério da Justiça – MJ (<http://www.mj.gov.br/data/Pages>, acessado em 16/05/2009).

Na Região Sul, mesmo antes do RENAESP ser consolidado, existia cursos que se destacavam como referencia na área de Segurança e Direitos Humanos. Dessa forma, as universidades cadastradas no programa, também seguem a proposta de ministrar cursos que tenham como foco o aprofundamento de assuntos referentes aos direitos humanos na cultura dos profissionais de segurança pública.

No Paraná, na cidade de Curitiba, a União Dinâmica de Instituição: Faculdade Cataratas - UDC desenvolve o Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública. A Universidade Estadual do Oeste do Pará – UNIOESTE o Curso de Especialização em Segurança Pública, Cidadania e Direitos.

No Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS desenvolve o Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania. Em Canoas a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA apresenta o Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania, sendo que a mesma instituição desenvolve também o Curso de Especialização em Gestão da Segurança na Sociedade Democrática.

A cidade de Novo Hamburgo do Centro Universitário Feevale desenvolve o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Toxicologia Forense. Em Santa Maria, a Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA ministra o Curso de Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos. Em São Leopoldo a Universidade do Vale do Rio Dos Sinos – Unisinos o Curso de Especialização em Gestão Estratégica Para Prevenção da Violência Local. Por fim, no Estado de Santa Catarina, na Cidade de Florianópolis a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI desenvolve o Curso de Especialização em Gestão de Polícia Comunitária.

Os dados apresentados nesse tópico, apesar de não terem exposto de forma aprofundada como cada curso funciona em cada universidade específica, foram trazidos com a intenção de fazer com que o leitor pudesse vislumbrar da melhor forma possível o contexto da realidade local, porque é nela que o programa está sendo aplicado e toma forma. É nessa realidade que, tanto as universidades quanto o programa lutam em prol da construção da cidadania. É importante ressaltar, que o fato das instituições apresentarem temas, que perpassem questões envolvendo os direitos humanos, não quer afirmar que essas instituições estejam desenvolvendo o curso com um real compromisso em resgatar nos profissionais o senso crítico das questões fundamentais que estão sendo propostas.

No próximo tópico serão expostas de forma um pouco mais detalhada, algumas informações sobre o curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania desenvolvido na UnB. Esta exposição se dará por meio de entrevistas que foram realizadas com os formandos e o coordenador da referida universidade, ou seja, os alvos da pesquisa de campo, que será apresentada no Capítulo 3 deste trabalho.

2.4. O programa RENAESP na Universidade de Brasília

De acordo com informações publicadas pelo MJ, no DF existem hoje duas universidades que mantêm convênio firmado com o referido ministério, por meio do PRONASCI e do RENAESP. Uma das Universidades é a UNIEURO que possui programa de Mestrado em Segurança Pública e Direitos Humanos oferecido pelo departamento de Ciência Política, e a outra Instituição é a Universidade de Brasília – UnB.

Na UnB, de acordo com o coordenador do curso professor Arthur Trindade Maranhão Costa, o programa RENAESP foi iniciado em 2007, assim, o curso disponibiliza carga horária de 12 horas semanais e era dividido pelos seguintes módulos: Fundamentos; Instituições, Segurança Pública e Cidadania; Violências e Práticas Discriminatórias; Segurança Pública; Direitos Humanos e Democracia e a Elaboração de Monografias. A UNB foi pioneira no processo de criação do programa como uma das 22 primeiras universidades a integrar o RENAESP.

O Curso de Especialização em Segurança e Cidadania da UNB é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Sobre Violência e Segurança - NEVIS e coordenado pelo Departamento de Sociologia. Para o coordenador do curso, Arthur Trindade, o desenvolvimento desse programa é considerado muito importante. Segundo ele a oportunidade desse curso de

especialização ultrapassa os interesses pessoais de cada aluno em adquirir mais conhecimentos e representa uma chance de políticas criativas para melhorar nossa segurança pública. Sendo assim, o curso disponibilizado pela UnB já está na sua segunda versão e formou duas turmas de profissionais que atuam na segurança pública do DF.

Deste modo, o Capítulo 2 do presente trabalho, procurou por meio da exploração de informações pertinentes ao programa RENAESP, trazer algumas explicações necessárias para o melhor entendimento de suas propostas. Em relação à segurança pública e aos profissionais que nela atuam, é possível afirmar que, quando se trabalha com seres humanos é preciso se ‘empoderar’ das informações sobre as complexidades que os envolvem. Pois, segundo Matos (1982), a concepção de informação está ligada a idéia do aumento do conhecimento, que conseqüentemente está ligada a melhoria de comportamento dos seres humanos no dia-a-dia.

O Programa RENAESP tem o objetivo da ressocialização dos agentes que atuam na área de segurança pública, para promover a efetiva participação entre esses profissionais, a universidade e a sociedade, informar os seus direitos civis, políticos e sociais, e fazê-los reconhecer que a sociedade também possui direitos. A intenção é de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos comuns no que se refere à segurança e resgatar a confiança dela em relação à atividade policial.

O próximo capítulo mostrará a pesquisa realizada com os profissionais de segurança de diversas áreas, que fizeram o Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB, para melhor entender qual a real mudança que o curso veio a provocar no cotidiano profissional desses representantes da Segurança do DF.

CAPÍTULO 3

RESULTADO DA PESQUISA

No Capítulo 1 do presente trabalho, foram esclarecidas algumas questões como a atuação policial nos países da América Latina, falou-se também a respeito de algumas políticas de segurança, tomando como base o policiamento comunitário, que é considerado um excelente modelo presente em quase todo o mundo. No Capítulo 2 houve uma tentativa de explicar o funcionamento do programa RENAESP em sua disseminação pelo Brasil. O presente Capítulo irá apresentar o resultado da pesquisa realizada com os profissionais de segurança pública, que participaram do referido programa, assim como o resultado da pesquisa aplicada àqueles que não participaram. Será feita uma comparação entre ambos entrevistados, para se entender o impacto que o curso da UnB disponibilizado pelo programa causou na atuação dos profissionais de segurança que o realizaram.

Na construção de algumas considerações pertinentes ao programa, torna-se possível à verificação do seu caráter inovador e que possibilita uma grande quebra de paradigmas, no que diz respeito ao comportamento dos policiais brasileiros. Caso o programa RENAESP pudesse ser aplicado de forma mais ampla, os efeitos seriam muito positivos para a segurança pública no Brasil. O modo como o programa é desenvolvido atualmente, também é capaz de causar impactos positivos, pois se encontra muito bem estruturado e diversas são as Universidades que possuem convênio com o MJ, para proporcionar cursos da rede de especialização. É possível constatar que as Universidades credenciadas, em sua maioria, são bem conceituadas, como a UnB, que desenvolve o curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania de forma muito competente e comprometida com a disseminação de multiplicadores de polícia cidadã.

A metodologia proposta pelo programa, em um primeiro momento, causa certa dúvida em relação a sua efetiva aplicação. Ao propor uma ideia que valoriza a disseminação dos princípios, que permeiam as questões dos direitos humanos e a aproximação da polícia com a sociedade, sabe-se é uma tarefa muito difícil inserir na cultura policial esses princípios. Esta dificuldade se dá por questões que já foram bem abordadas nos capítulos anteriores. Partindo desses argumentos, surgiu, então, a curiosidade de saber se a aplicação do programa acarreta de fato a obtenção de bons resultados.

Uma preocupação que se teve, ao refletir, sobre o que levou os estudantes a participarem do programa, foi em relação ao objetivo deles ao ingressarem no Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB, se era adquirir uma formação em direitos humanos e cidadania ou simplesmente obter uma especialização.

Quanto ao engajamento da polícia, com a comunidade local, que busca os seus serviços, havia dúvidas se o policial que realizou o curso de especialização estava realmente disposto a disseminar os princípios e os valores que foram perpassados nas aulas. Com o histórico de abuso de poder praticado pela autoridade policial, havia grandes possibilidades dela não se engajar nas novas abordagens. Neste sentido, foi analisada a atuação policial no âmbito institucional, para melhor se entender as diferenças e as dificuldades que uma polícia cidadã encontra ao desenvolver um trabalho com a sociedade.

Os aspectos que foram levados em consideração para comprovar a aplicação do programa foram os seguintes: **1.** Verificar o que motivou o profissional de segurança pública a fazer o curso de especialização; **2.** Verificar se de fato houve alguma mudança na atuação dos profissionais de segurança pública, que fizeram o curso de especialização e cidadania da UnB; **3.** Verificar se o modelo adotado de divulgação do programa permitia que todos os profissionais tivessem acesso ao programa, ou se ficava restrito apenas aos profissionais hierarquicamente superiores; **4.** Investigar concepções de policiais que não fizeram o curso, no que se refere a direitos humanos, cidadania e democracia, para entender melhor o impacto causado àqueles que fizeram; **5.** Verificar se a abordagem dos temas escolhidos condizia com a proposta do programa; **6.** Pesquisar o grau de conhecimento dos entrevistados a respeito do programa; **7.** Avaliar se os profissionais que fizeram o curso disponibilizado pelo programa estão conseguindo resolver os problemas da sociedade de forma mais cidadã, democrática e respeitando as diversidades existentes.

Foram entrevistados três policiais praças que não participaram do curso de especialização disponibilizado pelo programa RENAESP, com uma entrevista realizada na cidade satélite do Gama, uma em Samambaia e outra no Riacho Fundo II. Foram feitas mais três entrevistas com policiais que participaram do curso, sendo duas com oficiais da Polícia Militar e uma com um Agente de Polícia Federal, duas delas realizadas na cidade Satélite de Santa Maria e outra no Setor Policial Sul – Asa Sul. Também foi entrevistado o coordenador do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB, obtendo assim, um total de sete entrevistas realizadas.

Quanto ao aspecto ético, foi preparado um pedido de autorização para cada batalhão, incluindo a explicação detalhada dos objetivos do trabalho, a fim de obter a permissão dos

comandantes para a realização da pesquisa em sua área de comando, obteve-se também permissão para realização das entrevistas. Assim, todos os comandantes autorizaram o desenvolvimento da pesquisa.

Convém aqui registrar a grande dificuldade que se teve em realizar esta pesquisa, inicialmente porque a aplicação dos roteiros de entrevista se deu nos locais de trabalho dos policiais. Mesmo objetivando se chegar ao máximo possível de informações, tanto dos profissionais que fizeram o curso como dos que não o fizeram, havia dificuldades na disponibilização dos profissionais que dispunham de tempo em sua rotina de trabalho, em se tratando de um local que, a todo o momento, chegam ocorrências de diversas naturezas. Outra dificuldade encontrada também, está relacionada aos locais de realização das entrevistas, que não puderam ser totalmente reservadas, pois ocorreram em espaços onde vários policiais escutavam as perguntas propostas e às vezes até interferiam na entrevista. Conseqüentemente, as entrevistas foram interrompidas diversas vezes, assim a poluição sonora foi um fator agravante dessas dificuldades na realização da pesquisa.

3.1. Profissionais que participaram do programa RENAESP por intermédio do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB

3.1.1 – Experiências vivenciadas em sala de aula

Neste tópico serão abordados alguns pontos destacados pelos profissionais, que foram alunos do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB, em relação as suas experiências vivenciadas em sala de aula. O fato de se apresentar questões de relações entre os alunos com os próprios alunos, e entre os alunos e os professores, é importante para se conhecer a realidade do programa refletida em sala de aula.

Deste modo, a ausência de liberdade de expressão em sala de aula, foi um dos pontos destacados por alguns dos profissionais entrevistados. Os estudantes apresentaram os seguintes relatos:

- Um dos três policiais entrevistados apontou que existe certo “preconceito” dos professores para com os alunos, pelo fato de serem policiais, segundo esse entrevistado o professor não tratava o estudante como um aluno comum, ele aponta que existe neste relacionamento certa “discriminação e resistência”. O referido profissional aponta ainda a existência de uma estigmatização, que não

é característica própria dos professores, mas sim de toda sociedade como um todo. Outro fator importante relatado pelo policial, e que merece destaque, é no que tange ao comportamento inicial dos estudantes para com os professores, segundo ele, se existe uma resistência do professor para com o aluno, ela também existe do aluno para com o professor.

O Professor em relação ao profissional se dá da seguinte forma: o trabalho do professor é só teórico ele não sabe o que é ser polícia, ele não sabe o que o policial passa, ele fica falando de polícia, mas não sabe o que é a polícia. É óbvio que tem professores e pesquisadores que entram na viatura, que saem com os policiais, mas a maioria deles, não, só ficam mesmo na teoria. Então os policiais têm isso dentro deles que por sua vez os professores também têm. Os professores na sua maioria ainda acham que os policiais são todos ignorantes que eles não têm cultura, eles acham que os policiais são, em uma linguagem bem popular mesmo, são brutos, que o policial não é estudado não tem estudo é isso que eles pensam. É interessante, mas há sim uma discriminação. (1º TEN da Polícia Militar)

- Os outros dois policiais entrevistados, não viram preconceito ou falta de liberdade nos debates em sala de aula. Um deles ressaltou que percebeu certo distanciamento entre os próprios alunos, ou seja, existiam profissionais de segurança de várias áreas de atuação como, por exemplo: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Bombeiro Militar, Polícia Judiciária, Polícia Rodoviária Federal e oficiais das Forças Armadas. Assim, entre alguns desses profissionais a hierarquia, a disciplina e a obediência dos subordinados para com os superiores permanecia na sala de aula, principalmente no que se refere aos militares.

Lá não se misturava. Polícia Federal não se misturava com a Civil nem com a PM. Dentro das próprias polícias existia essa diferenciação, você percebia no início as panelinhas e um certo receio dos subordinados também, principalmente na PM, quando um subordinado ia falar ou ia dar uma opinião, meio que todos olhavam assim, e isso ocorria principalmente na PM, eles tinham um certo receio de falar, eram muito retalhados, na verdade eles não conseguiam se expressar livremente. (Agente de Polícia Federal)

O programa RENAESP tem como um dos seus principais objetivos aproximar profissionais de segurança, sociedade e universidades. No entanto, foi possível perceber, em relato do agente de polícia federal, que também é necessário pensar políticas que tenham a preocupação de aproximar as categorias profissionais dentro da segurança pública. Não há porque existir este distanciamento e esta rivalidade, pois, todos os profissionais trabalham para o bem comum, que gira em torno da prevenção à criminalidade. Assim, se houvesse um

melhor relacionamento e uma comunicação mais aberta entre estes profissionais, certamente a qualidade do trabalho prestado à comunidade seria de uma qualidade bem mais elevada do que a que se tem atualmente.

No que se refere aos temas abordados nas disciplinas do curso de especialização, todas as respostas indicaram pontos relevantes e que faz jus aos temas propostos pelo programa. A seguir serão apresentados os temas mais discutidos em sala de aula, segundo os profissionais entrevistados:

- Cidadania
- Polícia na sociedade
- O que a sociedade pensa da polícia
- Padrões de policiamento
- Saúde profissional
- Segurança pública
- Violência policial
- Direitos humanos
- Violência de gênero
- Violência no âmbito geral
- Conflitos
- Raça
- Etnia

Dois, dos três alunos entrevistados, informaram que nunca tinham tido acesso aos temas antes de terem participado do curso, segundo eles, na academia não há um aprofundamento das temáticas abordadas no curso de especialização. Sendo assim, pode-se dizer que, a iniciativa do programa é importante para difundir o conhecimento das questões destacadas acima na formação dos profissionais, tendo em vista que a maioria dos entrevistados nunca tinha tido contato com os temas abordados. Um, dos três entrevistados, é formado em direito e relatou que já tinha feito sua monografia nesta linha de pesquisa e só fez a especialização para adquirir mais conhecimento.

3.1.2 – Impacto do curso na vida profissional dos policiais e sua contribuição para maior aproximação entre polícia e sociedade local

Todos os profissionais que fizeram o curso de especialização da UnB, vinculado ao programa RENAESP, demonstraram uma enorme satisfação e relataram que houve muitas mudanças na sua atuação profissional. Este fato comprova a hipótese de que o programa contribui, por meio dos cursos de especialização ministrados, para a modificação da atuação desses profissionais de Segurança Pública, tornando-os mais comprometidos com a segurança pública cidadã, democrática e respeitadora dos direitos humanos. Em seguida será apresentado o relato, de um policial que fez o curso, sobre as mudanças geradas em sua atuação:

Mudou muito, mudou a percepção de Segurança Pública, mudou a visão dos conflitos sociais principalmente da nossa atuação, às vezes eu tinha uma visão da prática e que vem de um policial para o outro de como você deve agir e a partir do momento que você faz um curso desse, você passa a ter uma visão mais técnica mais científica dos problemas da atuação, você passa a ler autores, você passa a ver pesquisas sobre outros policiais a nível mundial. Então obviamente que eu me sinto hoje um policial muito melhor, obviamente que agente precisa preparar muito mais cada vez mais, a sociedade está em constante mudança e aquilo que eu posso também está contribuindo e sempre que eu tenho oportunidade eu busco estar repassando esses conhecimentos. (1º TEN da Polícia Militar)

No entanto, o coordenador do curso relatou que ainda é muito cedo para percebermos mudanças no âmbito das instituições, pois apenas duas turmas se formaram na UnB, ou seja, 70 profissionais de segurança. Este número comparado, ao total de policiais existentes no DF, é ainda muito pequeno. Não obstante, o coordenador ressalta que, ao considerarmos o profissional de forma individual pode sim ter havido uma transformação, uma verdadeira quebra de paradigmas no sentido do desenvolvimento de uma polícia mais cidadã. Ainda de acordo com o coordenador, é necessário que haja a realização de novos cursos. Para tanto, necessita-se de uma mudança na geração de policiais do presente e maior preocupação com o futuro dos profissionais de segurança.

O coordenador destaca a questão do impacto causado pelo curso em dois níveis: do ponto de vista individual e do ponto de vista institucional:

- a) Do ponto de vista individual, a mudança pode ser significativa para aqueles que estão abertos a se apropriar dos conceitos perpassados nas disciplinas do curso. No entanto, aquele profissional que já entra com uma concepção formada a respeito da temática, dificilmente sofrerá algum impacto.

- b) Do ponto de vista institucional, apesar do número de alunos formados ser pequeno, o coordenador destaca que se deve levar em consideração o fato de o programa dar prioridade para aqueles profissionais que serão “multiplicadores” do que foi estudado, e isso pode fazer com que as mudanças sejam ainda mais significativas.

No que se refere à aproximação entre polícia e sociedade, dois, dos três entrevistados, relataram que a formação permite uma maior aproximação. Um dos policiais, que é agente de polícia federal, não percebeu esta mudança, por não ter um contato direto com a comunidade, o policial trabalha na parte administrativa e não tem contato direto com o público.

Logo abaixo, se tem o relato de dois policiais ao responder a questão, sobre o que mudou no relacionamento dos mesmos no que se refere à sociedade que busca seus serviços:

Você começa a entender mais o que a pessoa de fora pensa, então, você começa a mudar alguns procedimentos seus pra poder adequar aquilo que as pessoas até esperam. Então o curso ele contribui sim. (1º TEN da Polícia Militar)

Com certeza mudou muito, eu passei a dar uma resposta diferente, passei a ter um pouco mais de paciência, às vezes você é um pouco impaciente com os problemas, você ver pequenos problemas e pensa: a isso não é problema meu isso não é problema de polícia e não dava um atendimento correto. Quando se fala em policiamento comunitário que está muito ligado a sua pergunta, vários policiais militares estão inseridos em postos de atendimento ao público, mas ele não tem essa visão. Às vezes a pessoa só quer buscar uma solução, um direcionamento, uma orientação e essas pequenas coisas fazem a diferença no atendimento do policial para com o público, às vezes ele não consegue perceber isso e ele tem muita resistência, ainda. Diversos policiais deveriam ter a oportunidade de passar por uma capacitação, não precisaria ser uma especialização dessas, pois muitos não têm curso superior, mas pelo menos algo a nível de nivelamento, precisaria para que ele mudasse um pouco. Nós estamos no século XXI e muitos ainda tentam praticar o policiamento nos moldes da década de 80 ou mais anterior. Eu sempre observo a postura quando eu vejo um policial, a mídia dá muito desataque e mesmo a nossa comunicação dá muito destaque a questão do combate, arma que foi apreendida com traficante e etc e tal, aparece os policiais ali com as armas expostas como um super policial. Mas, o policial que valoriza ali um atendimento mais humano mais comunitário com a população não tem reconhecimento. Então, precisaria fazer com que aquele policial que tem um trabalho de base de atendimento ao público ele seja reconhecido. Eu já até sugeri aos comandantes, que policiais que reduzem índice de criminalidade em determinado setor que faz um bom policiamento ostensivo e preventivo em contato com a comunidade naturalmente tenha um reconhecimento, pois este policial vai aumentar a sensação de segurança numa determinada comunidade vai reduzir os índices de criminalidade, porém como ele reduziu, não vai pegar arma não vai pegar flagrante e aí ele passa a ser mal compreendido e não tem o valor que ele merece. (1º TEN da Polícia Militar)

Almeida (2007) chama a atenção, para se refletir, sobre a importância do desenvolvimento de projetos voltados para a aproximação da polícia junto à comunidade. De acordo com a referida autora, esse processo de desenvolvimento no Brasil foi amplamente estimulado pelos órgãos federais, por meio de incentivos orçamentários, cabendo a cada Estado desenvolver um projeto específico. No entanto, a autora relata que os Conselhos de

Sgurança criados para servirem de interlocutores entre a comunidade e a polícia, não têm sido acompanhados de uma avaliação consistente, que venha a permitir a sistematização dessa modalidade de prática social.

3.1.3 – Forma de conhecimento do programa pelos profissionais entrevistados

No que se refere à forma como o profissional teve acesso às informações referentes ao programa, constatou-se que a maioria deles não teve acesso às informações no seu local de trabalho, o que pode ser considerado uma falha, pois para se ter acesso as informações pertinentes ao programa é preciso sempre estar atento aos sites da UnB e do MJ.

Já no que diz respeito à divulgação do curso pelo MJ, um, dos três profissionais entrevistados, achou que o curso é bem divulgado pela SENASP – MJ, e os outros dois acharam que é fraca a forma como o curso é divulgado.

Um dos policiais, o que demonstrou insatisfação em relação à forma como o curso é divulgado, relatou achar que, faltam alguns mecanismos que possam favorecer o policial. Segundo ele, quem está sempre em contato com o site da UnB ou das Universidades que proporcionam a especialização, vai tomar ciência dos cursos proporcionados pelo programa.

Ainda de acordo com relatos deste profissional, o problema esta mais no âmbito da instituição que divulga as informações, muito próximas da data de inscrição. Na opinião dele, esta pode ser uma maneira de protecionismo, ou seja, de dar um direcionamento às vagas disponíveis. O policial ainda aponta que em relação ao primeiro curso ocorrido na UnB, a Polícia Militar lançou uma mensagem dizendo que era só para oficiais que estivessem exercendo alguma função de comandante, assim, a mensagem ficou muito duvidosa, no sentido de haver uma tentativa mascarada de direcionar as vagas apenas para quadros de oficiais superiores ou delegados. De acordo com o policial, no primeiro curso realizado, ingressaram poucos oficiais subalternos e apenas uma praça, para ele, apesar do segundo curso ter sido mais transparente, ainda existe algum protecionismo e uma tentativa de direcionar as vagas do curso para postos específicos.

O segundo policial, que demonstrou ter encontrado falha na divulgação do curso, alega que no seu local de trabalho o curso foi divulgado, porém de uma forma geral, considera que o programa em si deveria ser divulgado de uma maneira mais ampla.

3.1.4 - Pontos positivos e negativos do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da UnB e as sugestões para o seu aperfeiçoamento

Antes mesmo de dar início a este tópico, cabe ressaltar um importante dado presente na fala dos policiais, nenhum dos três entrevistados relatou ter feito o curso interessado no tema, Segurança Pública e Cidadania, mas sim pela oportunidade de se especializar em uma universidade bem conceituada.

Os três policiais entrevistados relataram que a primeira versão do curso que foi realizada pela UnB, não havia sido muito objetiva em relação ao processo seletivo, mas foi consenso entre os três, que o último curso, que foi o que todos participaram, se mostrou bem mais claro em relação a este processo.

Nesse sentido, o coordenador do curso também concorda que o processo seletivo do segundo curso foi mais bem estruturado. Ademais, um dos policiais entrevistados, apesar de ter achado o último curso mais transparente, não encontrou muita clareza na questão das notas, apesar de ter acessado a informação referente à sua aprovação.

As descrições dos aspectos positivos, apresentados pelos profissionais entrevistados, estão relacionadas principalmente ao conhecimento que o curso acrescenta. O coordenador do curso de especialização da UnB aponta como ponto essencial, o objetivo que o programa tem de proporcionar a aproximação entre polícia e universidade e das mesmas terem a possibilidade de estarem participando do processo de formação dos policiais. Segundo o coordenador a idéia de trazer o policial para dentro da universidade, pode ser vista, além de outros impactos que já foram citados nos parágrafos anteriores, também como impacto positivo, pois os policiais passam a conhecer a dinâmica do espaço acadêmico, além do trabalho que é desenvolvido.

Um ponto bastante interessante e que merece destaque, é o fato desses profissionais perceberem que a educação em direitos humanos dá a possibilidade de participarem do desenvolvimento de um trabalho mais comprometido com a comunidade que busca seus serviços. Ademais, é importante o modo como eles, a partir dos temas abordados, se tornam conscientes das práticas de violência desenvolvidas pela polícia, e melhor ainda é o fato deles perceberem que esta violência necessita ser controlada:

Agente começa a ver a polícia com outros olhos, porque agente está acostumado a ver com os nossos. A nossa visão quando agente faz esse curso ela aumenta, agente passa a ter também uma outra visão, ou seja, a visão de quem olha de fora para nós. Então você começa a ver porque que às vezes fazes algumas coisas que não são normais, são cotidianas, mas me faz pensar porque que eu faço isso. Então o curso

ele te da essa experiência para você começar a enxergar o que os outros estão vendo. Então, muda sim, não tem como não mudar. (1º TEN da polícia militar)

Já no que se refere à descrição dos aspectos negativos, a questão dos palestrantes foi destacada por um dos profissionais entrevistados, cabe destacar, que o policial criticou algumas palestras que foram ministradas, mas também reconheceu que houve palestras muito boas, assim como tiveram, aquelas que ele caracterizou com “medíocres”.

Outros aspectos negativos se referem ao material bibliográfico que, segundo um dos entrevistados, ficou muito disperso; as datas incertas de entrega de trabalhos e o fato de que até hoje não houve uma tabela de notas com o ranking dos aprovados no processo de seleção. Ressaltou também a insuficiência de debates no que se refere às políticas públicas voltadas para a área de segurança pública.

É importante destacar, que as sugestões e críticas apontadas pelos profissionais que realizaram o curso, não superam os elogios, pois os entrevistados se mostraram muito realizados com a possibilidade de ter cursado a especialização. As sugestões foram colocadas no sentido de colaborar para que o próximo curso venha a se preocupar com estas questões e, assim, possa ser ainda melhor que os ministrados até então.

3.2 – Profissionais de Segurança Pública que não participaram do programa RENAESP

Neste ponto serão apresentados os principais aspectos abordados na entrevista realizada com os policiais que não fizeram o curso de especialização. As entrevistas foram realizadas nas cidades satélites do Gama, Riacho Fundo II, Santa Maria e Samambaia. Foram entrevistados dois sargentos e um soldado de Polícia Militar.

3.2.1 – Realidade profissional

Neste tópico serão explicitados alguns aspectos da realidade de trabalho dos policiais entrevistados, que foram observados ao analisar os dados apresentados. Assim, um dos policiais entrevistados, mesmo não tendo feito o curso de especialização do programa, realizou uma capacitação em policiamento comunitário. Este policial apresenta um discurso interessante em relação aos jovens em situação de risco da sua localidade de atuação, como se pode observar na passagem abaixo:

Existe uma palavra muito bonita na Bíblia: ensinai seu filho no caminho em que deve andar para quando estiver grande, mesmo que se desviar, ele retornará. Em relação à classe, não existe classe, existe educação, porque hoje tem bandido rico tem bandido pobre. Às vezes você dá tudo para o seu filho e ainda assim ele escolhe o lado do crime. No meu ponto de vista existe sim a educação, a compreensão. Hoje agente vive num mundo de drogas, aí agente pensa como é que faz para tirar os nossos filhos das drogas, às vezes nós não estamos preparados. Eu tenho falado assim, que às vezes nós não somos preparados para termos um filho drogado porque nós não temos paciência, não temos a sabedoria de conversar. Nós temos que buscar esta maneira para que quando você chegar e se deparar com seu filho drogado com a pessoa drogada você trazer para o seio da sociedade e falar para ele que droga é droga porque não presta. (Sargento da Polícia Militar)

Este policial relatou que desenvolve um trabalho comunitário muito interessante com a comunidade do Riacho Fundo II. Segundo ele, o índice de criminalidade de sua localidade de trabalho caiu quase que 100% em função do desenvolvimento do policiamento comunitário.

No entanto, apesar do desenvolvimento deste trabalho pelo policial com base nos princípios do policiamento comunitário, o mesmo apresenta queixas no que se refere à falta de reconhecimento que sofrem os policiais, que desenvolvem um trabalho mais humanizado com a comunidade. O referido policial aponta também, que sofre o descaso de alguns colegas de trabalho, que o criticam por ter um relacionamento muito próximo com as pessoas de seu local de trabalho. Neste contexto, o profissional se posiciona sobre a necessidade de haver uma mudança no comportamento de muitos policiais, que lidam com o público e que, para isso ocorrer, é necessário cursos de capacitação que priorizem a educação mais humanizada.

Ainda de acordo com relatos do referido policial, somente os policiais que prendem bandidos e apreendem armas, são parabenizados, e às vezes recebem até recompensas de seus superiores. Desse modo, o local onde o policiamento comunitário é desenvolvido, não há grandes índices de criminalidade, então, não é possível a apreensão de armas e tampouco de “bandidos”, logo o policial comunitário não recebe incentivo dos meios de comunicação e menos ainda da instituição em que trabalha.

3.2.2 – Cursos realizados

No que diz respeito aos cursos realizados, dois, dos três policiais entrevistados fizeram curso de capacitação fornecido pela polícia, e um deles nunca fez nenhum curso após ter ingressado na instituição. É interessante ressaltar, que dos dois policiais que fizeram o curso de capacitação, apenas um deles realizou curso de rádio patrulha, direção defensiva e tiro defensivo, o outro policial realizou o curso interno da Polícia Militar de Policiamento Comunitário. A diferença entre o discurso dos dois policiais é considerável e poderá ser

percebida mais claramente quando ambos falam sobre a concepção de direitos humanos, cidadania e democracia, que serão apresentadas nos tópicos seguintes.

3.2.3 – Conhecimento sobre a existência do programa RENAESP

Em relação ao conhecimento sobre a existência do programa, apenas um dos, dois policiais entrevistados, demonstrou um vago conhecimento, sendo que os outros dois relataram nunca ter ouvido falar do programa RENAESP. Assim fica clara a necessidade de uma melhor divulgação do programa, nos locais em que atuam profissionais de segurança. É preciso esclarecer questões como:

- O que é o programa;
- Como ele foi criado;
- Porque foi criado;
- Qual o objetivo;
- Quais profissionais podem participar;
- O que fazer para participar.

Além de responder as questões propostas, há também uma preocupação com a criação de mais material bibliográfico, ou seja, publicações de dados sobre o programa pelos órgãos oficiais de Segurança Pública. O programa RENAESP é muito importante para o desenvolvimento de uma nova forma de segurança no país, logo não se pode deixar de se preocupar com as questões fundamentais para o seu desenvolvimento.

3.2.4 – Sugestões apontadas para melhorar o quadro de violência no DF

Neste tópico serão apresentados dados interessantes sobre o que os entrevistados acreditam que pode ser utilizado como instrumento para diminuir o quadro de violência no DF.

Dos três policiais, dois nunca realizaram nenhuma capacitação que norteia o Policiamento Comunitário, esses dois policiais responderam que o que é necessário fazer para melhorar o quadro de violência no DF, é colocar mais polícia nas ruas, investir em armamento, em melhorias de salários e em novas viaturas. Um, dos três policiais que não fizeram o curso de especialização do programa, mas que se capacitou em Policiamento Comunitário, respondeu que precisa haver uma maior aproximação entre polícia e

comunidade, na qual a polícia precisa se tornar amiga da comunidade, além da necessidade de criação de mais postos comunitários.

3.2.5 – Noção de Direitos humanos, cidadania e democracia

Ao perguntar aos policiais a respeito da concepção de direitos humanos, cidadania, democracia, percebeu-se que está havendo uma mudança no que se refere ao conceito destas categorias para os profissionais. Dos três policiais entrevistados, apenas um deles se remeteu aos direitos humanos como sendo um “direito que defende bandido e atrapalha a ação da polícia”.

Outro fator importante e que merece destaque, está ligado às interrupções durante as entrevistas. Desse modo, no caso específico de dois entrevistados, os colegas dos mesmos, interromperam a entrevista para expor suas opiniões sobre os direitos humanos. Assim, os dois colegas se referiram a este direito como sendo “o direito dos bandidos”.

Foi uma surpresa as respostas dos policiais entrevistados, no que se refere a esta questão. Eles mostraram ter um bom conhecimento teórico sobre o respeito à integridade física da pessoa que comete delitos. Este pode ser um reflexo de mudanças já proporcionadas pelos investimentos em políticas públicas de segurança, que visam à formação de uma polícia cidadã. É claro que são apenas discursos, mas não se pode negar que já foram realizadas melhoras.

3.3 - Comparação entre os dados obtidos: policiais que não participaram e policiais que participaram do programa RENAESP.

Ao fazer a análise dos dados obtidos no trabalho de campo, foi possível perceber que há certas divergências nas respostas de alguns dos policiais. Esta diversidade foi mais acentuada entre o grupo de profissionais que fizeram o curso de especialização do programa do que entre aqueles que não fizeram. Procura-se, então, neste tópico destacar as contradições mais relevantes que foram observadas e que merecem destaque no presente trabalho.

A análise das diferenças será traçada a partir das seguintes questões: a) a forma como se referem às pessoas que podem vir a cometer infrações; b) sugestões propostas para melhorar o quadro de violência; c) concepção de direitos humanos, de cidadania e de democracia.

a) A forma como se referem a pessoas que podem vir a cometer infrações.

Palavras referidas por policiais que participaram do programa:

- Indivíduo
- Meliante
- Infratores

Palavras referidas por dois dos policiais que não participaram do programa:

- Bandidos
- Jovens pobres
- Classe de baixo salário

Ao comparar os termos que são utilizados pelos policiais, para designar pessoas que estão sujeitas a praticarem crimes, foi possível perceber que, na fala dos policiais que participaram do curso disponibilizado pelo programa, não havia designação de classe social ou a indicação de que os jovens pobres são os maiores infratores.

De acordo com Roux (1998), ser jovem e pobre em uma sociedade que se baseia nas diferenças é o mesmo que ser portador de um estigma social profundamente criminógeno. Segundo o autor, o pobre e principalmente o pobre jovem ameaça a segurança e a estabilidade social. Assim, são vistos como a nova classe perigosa. No entanto, o autor aponta que são eles que têm que enfrentar a incerteza de se situar em um complexo universo de rupturas e de sofrer e reagir à exclusão que lhe é imposta.

Costa Ivo (2005, p. 161) afirma que a violência atinge indistintamente a todos na sociedade brasileira, no entanto a política de segurança em vigor no país “persiste cooperando para escavar o fosso das desigualdades sociais”, essa teoria pode ser confirmada ao observar que no imaginário de policiais tradicionais, que não passaram por nenhuma forma de capacitação, que prime pela segurança cidadã, permanece a idéia de que ser pobre e, principalmente, ser jovem e pobre, é ser bandido.

b) Sugestões propostas para melhorar o quadro de violência.

Sugestões dos policiais que participaram do programa:

- Educação em direitos humanos
- O respeito à dignidade da pessoa humana
- A diminuição da violência policial

- A desmilitarização da visão de sociedade.

Sugestão de policiais que não participaram do programa:

- Colocar mais polícia nas ruas
- Investir em armamento
- Melhorias de salários
- Cursos de técnica policial

Diante dos presentes dados, é importante observar que não basta apenas levantar processos de reformas e tampouco investir em melhores salários na tentativa de diminuição da violência e da corrupção policial. Neste Sentido Silva e Gail (2000) mostram que, embora se tenha feito um grande investimento na contratação de policiais e na compra de equipamentos, notou-se uma continuidade no aumento da criminalidade por parte dos policiais no país.

Nestas sugestões dadas pelos profissionais entrevistados é nítida a diferença de posições entre os policiais que fizeram o curso de especialização do programa e entre aqueles que não o fez. O primeiro grupo tem consciência da necessidade da educação, do respeito, e da diminuição da violência dentro da corporação, enquanto o segundo grupo, ainda não consegue perceber que o investimento em armas e a contratação de mais policiais, não está resolvendo o problema da violência no país, pois não adianta mandar mais polícias para as ruas sem que estas estejam preparadas para lidar com os conflitos sociais, com os quais certamente irão se deparar.

Outro fator ainda mais preocupante é a questão do policial necessitar portar armas letais, que em poucos segundos podem vir a tirar a vida de um cidadão. Se o profissional de segurança não tiver uma preparação e uma educação específica para saber lidar com esse poder que lhe é dado, ao invés de se tornar um promotor da paz, ele poderá representar um grande perigo para a comunidade em que atua.

Em relação à concepção de direitos humanos, cidadania e democracia, os policiais que participaram do curso demonstraram boa conceituação das categorias, e foi um consenso a questão de que os princípios e valores que norteiam estes direitos ainda estão muito incipientes na cultura policial, acreditam ainda que se deva trabalhar em cima de políticas que valorizem o policiamento comprometido com os valores citados. No que se refere aos policiais que não participaram do curso, foi uma surpresa a análise das respostas, pois apenas um se posicionou contra as políticas que valorizam a priorização dos direitos humanos. O referido profissional se refere aos direitos humanos da seguinte maneira:

No meu modo de ver ele faz é atrapalhar sabe? Porque ele não dá para nós que somos policiais um apoio necessário, que necessita ser dado não é? Ele apóia mais o lado do bandido que é o lado errado. (sargento de Polícia Militar)

Diante do exposto, conclui-se que quando o policial passa por uma especialização que permeia a questão dos direitos humanos, fica mais fácil para este profissional reconhecer as reais necessidades da segurança pública de um modo geral e da polícia de forma específica. Os três policiais que foram entrevistados e que fizeram o curso de especialização, em nenhum momento falaram sobre a necessidade de investimentos em armas ou em viaturas ou até mesmo na contratação de mais policiais para solucionar o quadro de violência no DF. Ao contrário, ressaltaram a importância de se educar para conhecer os conflitos sociais e assim saber respeitá-los, e resolvê-los com sabedoria e promovendo a dignidade da pessoa humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que abrange a proposta de um programa, que envolva propostas de inclusão de cursos de especialização para os profissionais que atuam na área de segurança pública, envolvendo entre estes a categoria policial e que visa à educação transversal dos direitos humanos, pode ser visto por muitos como um objetivo utópico. No entanto, o presente trabalho demonstrou que esta educação tem provocado uma quebra de paradigmas significativa entre esta categoria profissional.

Apesar de o objetivo do presente trabalho ter sido analisar a diferença que a educação em direitos humanos e cidadania fazem na formação profissional destes policiais, que participaram do curso de especialização na UnB, também foram entrevistados profissionais da área de segurança que não participaram de nenhum curso na área. A intenção, de ter entrevistado especialistas e não especialistas foi justamente de mostrar a diferença existente entre o discurso de ambos, no que se refere à forma como eles lidam com a sociedade que buscam os seus serviços.

Foi possível constatar, que os policiais que participaram do curso de especialização na UnB, demonstraram em sua fala uma capacidade de entender o que a sociedade espera de seus serviços. Além disso, os três policiais entrevistados concordaram quanto à necessidade da importância de fazerem disciplinas, que abordem a questão de gênero, da liberdade de orientação sexual, do enfrentamento da homofobia, da desigualdade racial dentre outras diferenças que perpassam a educação em direitos humanos.

Cabe aqui ressaltar que as mudanças constatadas na concepção desses policiais, estão presentes no discurso dos mesmos. Na prática, não foi possível participar do cotidiano de trabalho desses profissionais para verificar estas modificações de comportamento, pois se trata de uma atividade relativamente vulnerável. No entanto, não se deve descartar o fato de que uma mudança de consciência é a primeira estratégia para uma mudança de comportamento.

Já no que se refere aos três policiais entrevistados, que não realizaram o curso de especialização, pode-se dizer que foi nítida a diferença do discurso e até mesmo do atendimento na hora da entrevista. Para a maioria destes profissionais (2), a solução do problema para falta de segurança e da violência no DF, somente será sanada com investimentos em mais policiais nas ruas e de mais armamentos para a corporação, sendo que, em nenhum momento falaram da necessidade de capacitar os policiais para antes mandá-los

para as ruas. A educação em direitos humanos não foi citada em nenhum momento por estes policiais, apenas um dos policiais entrevistados demonstrou em sua fala uma enorme capacidade de interação com a comunidade onde atua. Este último, por ter realizado um curso de policiamento comunitário, desenvolve um trabalho interessante com os jovens da sua comunidade de trabalho, também apontou sua indignação por não haver mais cursos que priorizem uma educação mais humanizada em detrimento dos cursos que valorizam o trabalho técnico da polícia.

Quanto à Segurança Pública no Brasil e em alguns países da América Latina, o presente trabalho constatou que existem práticas dentro das instituições, que devem ser alvo de avaliação política. As frequentes ações tortuosas, o desrespeito dentro dos presídios aos pobres, aos jovens em situação de risco e aos trabalhadores rurais são assuntos prioritários, que carecem de intervenção.

Verificou-se que no Brasil, a iniciativa de criar políticas que proporcionem uma maior aproximação entre polícia, universidade e sociedade tem feito a diferença. O programa RENAESP, que pode ser citado como principal exemplo de política de educação em direitos humanos para profissionais de segurança pública, já possui universidades cadastradas em todo Brasil.

Na UnB, o curso proporcionado pelo programa RENAESP e financiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, já formou duas turmas. Para o coordenador do curso de especialização em Segurança Pública e Cidadania da referida universidade, o curso ainda não está causando impacto no âmbito institucional, pois o número de profissionais formados ainda é muito pouco, apesar de os mesmos serem multiplicadores das respectivas doutrinas perpassadas nas aulas. No entanto, ainda de acordo com o coordenador, a formação tem causado mudanças a nível individual, ou seja, o policial que participou do curso, certamente sai com uma visão diferente no que refere ao modo de proporcionar a segurança mais comprometida com os princípios e valores da cidadania, democracia e dos direitos humanos. O coordenador apontou também que para haver uma mudança no âmbito institucional é necessário que haja várias gerações de profissionais que tenham passado pela especialização, ou seja, é necessário que haja uma continuidade do curso e que mais turmas possam ser formadas.

Apesar do programa RENAESP ser uma iniciativa inovadora de políticas públicas na área de segurança, foi possível constatar algumas falhas em sua gestão. Muitos policiais não sabem da existência do programa, pois a sua forma de divulgação foi considerada ineficiente pela maioria dos profissionais entrevistados. Outra dificuldade a ser enfrentada, é no que se

refere às publicações de teoria sobre o programa, não foi possível ter acesso aos documentos, livros e cartilhas que explicassem o programa, assim a única publicação que se teve acesso foi à revista RENAESP da UFBA.

Uma das sugestões colocadas por um dos entrevistados foi quanto à criação de cursos de capacitação para os policiais que não são formados, esta também foi uma das sugestões do coordenador do curso de especialização da UnB. A maioria dos profissionais em exercício não tem curso superior, logo uma política que prioriza a educação apenas para servidores com formação superior acaba por excluir aqueles que não a possui.

Quanto às estratégias utilizadas pelo programa RENAESP sobre a inserção de temas que proporcionem ao policial uma nova forma de promover a segurança pública no país, pode se levar em consideração dois aspectos fundamentais: a educação para os direitos e a tentativa de mudança da representação social do policial para com a Universidade e vice-versa. Outro ponto que merece destaque é o fato do policial se tornar um mediador, contribuindo para a paz da sua localidade de trabalho e ainda de ser um agente capaz de informar a comunidade sobre os seus direitos e deveres, sem discriminação de raça, cor, religião, classe social, etnia ou opção sexual.

É com este intuito, que surgem os debates a respeito da construção de políticas públicas que, como o programa RENAESP e o Policiamento Comunitário contribuam para a construção de uma segurança pública mais cidadã e comprometida com a paz. O MJ juntamente com o programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania têm como objetivo a difusão do programa em todo Brasil, o que dará uma institucionalização dos cursos e a formação de uma geração de policiais que estejam verdadeiramente comprometidos em promover uma segurança cidadã, onde não haja discriminação e o respeito aos direitos humanos seja utilizado como seu principal instrumento de intervenção.

Partindo de uma perspectiva mais crítica, considerou-se a necessidade da elaboração de mais materiais impressos que expliquem o programa, como livros, cartilhas e folders para serem entregues nos órgãos de segurança. Esta iniciativa poderia gerar um desenvolvimento mais democrático, pois mais profissionais iriam ter acesso às informações sobre o objetivo do programa e também sobre as formas necessárias para a inserção nos cursos de especialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla e DUARTE, Marcelo Ottoni Duarte. **Aprimorando uma reflexão sobre fazer segurança pública**. Revista RENAEP, N° 01. UFBA. Salvador, 2007.

BOBBIO, Norberto: **A Era dos Direitos**. 7ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

BAYLEY, David H. e SKOLNICK, Jerome H. **Nova Polícia: Inovações na Polícia de seis cidades norte-americanas**. Tradução de Geraldo Gerson de Sousa. São Paulo: EDUSP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Editora Ática, 11 Ed., São Paulo, 1999;

CHAUÍ, Marilena. **Anais da XIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil**. Publicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em março de 1991 – Brasília/ DF;

Constituição, Brasil (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Brasília, 1988.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão: **Estado Polícia e Democracia**, Tese de Doutorado, UnB, 2003.

COSTA, Ivone Freire: **Polícia e Sociedade Gestão de Segurança Pública Violência e Controle Social**. Salvador, EDUFBA, 2005.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2000.

FOUCOULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto da transição para o socialismo: história de um equívoco**. Blumenau: FURB, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996, p.120 a 125.

HOLLOWAY, Tomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MATOS, J. M. de A. **Sociedade do conhecimento: da teoria de sistemas à telemática**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 512 p. (Cadernos da UnB).

Ministério Da Justiça (MJ) - **Segurança Pública » Formação e Capacitação » Renaesp » Instituições de Ensino Superior credenciadas**. Fonte: (<http://www.mj.gov.br/data/Pages>, acessado em 16/05/2009).

NETO, Paulo de Mesquita. **Policimento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos coronéis da polícia militar**. Texto eletrônico acessado em 26 de março de 2009. (Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22232.pdf>).

OLIVEIRA, A. P. G, e PINHO, I. A. J. **A Gestão da informação policial sob a ótica do centro de documentos e estatística policial – CEDEP**. Revista RENAEP, N° 01. UFBA. Salvador, 2007.

PINHEIRO, Paulo Cesar. **Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro**. In: __. ET al. (org.). São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

Plano Nacional De Educação em Direitos Humanos/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. –Brasília Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Cadernos democráticos. Lisboa: Gradiva: 1998.

Anexos

Anexo I

Entrevista com o Coordenador do Curso.

Formulário nº

Data da entrevista:/...../.....

Local da entrevista.....

1. Nome:

2. Idade:

3. Sexo:

4. Religião:

5. Estado Civil:

6. Faixa de renda familiar

() menos de um salário mínimo

() de 07 a 09 salários mínimos

() de 01 a 03 salários mínimos

() de 10 a 12 salários mínimos

() de 04 a 06 salários mínimos

() mais de 12 salários mínimos

7. Escolaridade: _____

8. Naturalidade: _____

1. Como o curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania funciona na Universidade de Brasília ?

2. . Quais são os principais temas abordados no curso?

3 . Você acha que o trabalho que a SENASP está realizando por intermédio do programa Renaesp está contribuindo para a melhoria da atuação profissional dos servidores de segurança pública do DF? Em que sentido?

4 . Você considera importante a participação das universidades no que se refere à capacitação intelectual desses profissionais?

6 . Você considera importante a inclusão de temas que abordem os direitos humanos, cidadania e democracia em cursos de capacitação para profissionais de segurança pública?

7 . A SENASP fornece algum material para a universidade relativo ao programa?

8 . O senhor considera que foi alcançado o objetivo que se tinha com a aplicação do curso?

9.Quantas turmas já formaram aqui na UNB

Anexo II

Entrevista com policiais.

Formulário n°

Data da entrevista:/...../.....

Local da entrevista.....

9. Nome:

10. Idade:

11. Sexo:

12. Religião:

13. Estado Civil:

14. Faixa de renda familiar

() menos de um salário mínimo

() de 07 a 09 salários mínimos

() de 01 a 03 salários mínimos

() de 10 a 12 salários mínimos

() de 04 a 06 salários mínimos

() mais de 12 salários mínimos

15. Escolaridade:_____

16. Naturalidade:_____

17. Qual é a função que exerce na instituição?

18. Há quanto tempo trabalha na polícia?

19. No seu entendimento quais providências devem ser tomadas para melhorar o quadro de violência no DF?

20. Qual o perfil das pessoas que mais cometem violência (crimes como: furto, roubo, estupro, homicídios etc.).

21. Já fez algum curso de especialização na área de segurança pública? Qual? O que foi estudado neste curso?

22. Conhece a Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)?

23. Qual a sua concepção de direitos humanos, cidadania e democracia?

Anexo III

Entrevista com policiais que fizeram o curso de especialização em Segurança Pública e Cidadania da Universidade de Brasília – UnB.

Formulário n°

Data da entrevista:/...../.....

Local da entrevista.....

24. Nome:

25. Idade:

26. Sexo:

27. Religião:

28. Faixa de renda familiar

() menos de um salário mínimo

() de 07 a 09 salários mínimos

() de 01 a 03 salários mínimos

() de 10 a 12 salários mínimos

() de 04 a 06 salários mínimos

() mais de 12 salários mínimos

29. Escolaridade: _____

30. Naturalidade: _____

31. Qual a função que exerce na instituição?

32. O que te motivou a fazer o curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da Universidade de Brasília – UNB?

33. Como teve acesso as informação pertinentes ao curso?

34. Acha que o curso é bem divulgado pela SENAP?

35. Quais são os principais temas debatidos no curso? Vocês já tinham conhecimento desses temas antes de terem feito o curso?

36. O que acha do material bibliográfico do curso?

37. Vê a educação em direitos humanos como um mecanismo importante de incorporação de inteligência nos sistemas de segurança pública? Acha que isso pode ser importante no sentido de contribuir para a diminuição da violência?

38. Considera importante a abordagem de temas que perpassem a questão da violência de gênero, da liberdade de orientação sexual, do enfrentamento da homofobia e da igualdade racial nos cursos de especialização em segurança pública? Por quê?

39. Percebeu alguma forma de pré-conceito por parte dos professores pelo fato de serem policiais?

40. Como se deu o processo de inserção e qual o grau de dificuldade para se ter acesso ao curso de especialização?
41. Acha que o curso mudou a sua visão de fazer segurança pública? Percebeu alguma mudança na sua atuação profissional? O que mudou?
42. Acha que o curso contribui para uma melhor aproximação entre você (policial) e a comunidade que busca os seus serviços?
43. Quais os pontos negativos do curso de especialização?
44. Qual a sua concepção de direitos humanos, cidadania e democracia após ter feito o curso?